RESSALVA

Atendendo solicitação do autor, o texto completo desta tese será disponibilizado somente a partir de 11/07/2027.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ACUMULAÇÃO E ESPOLIAÇÃO EM TERRAS PÚBLICAS: A OFENSIVA DO CAPITAL E AS TRANSFORMAÇÕES DOS MODOS DE VIDA EM TERRITÓRIOS CAMPONESES NO ESTADO DE SÃO PAULO

FERNANDO AMORIM ROSA

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS

RIO CLARO

2025

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Câmpus de Rio Claro

FERNANDO AMORIM ROSA

ACUMULAÇÃO E ESPOLIAÇÃO EM TERRAS PÚBLICAS: A OFENSIVA DO CAPITAL E AS TRANSFORMAÇÕES DOS MODOS DE VIDA EM TERRITÓRIOS CAMPONESES NO ESTADO DE SÃO PAULO

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientadora: Profª. Drª. Ana Claudia Giannini Borges

Rio Claro - SP
2025

R788a

Rosa, Fernando Amorim
Acumulação e espoliação em terras públicas : a ofensiva do capital e as transformações dos modos de vida em territórios camponeses no estado de São Paulo / Fernando Amorim Rosa. -- Rio Claro, 2025
465 f. : il., tabs., fotos, mapas

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro
Orientadora: Ana Claudia Giannini Borges

1. Geografia humana. 2. Acumulação por espoliação. 3. Assentamentos rurais. 4. Camponeses. 5. Território. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Dados fornecidos pelo autor(a).

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"Júlio de Mesquita Filho"
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Câmpus de Rio Claro

FERNANDO AMORIM ROSA

ACUMULAÇÃO E ESPOLIAÇÃO EM TERRAS PÚBLICAS: A OFENSIVA DO CAPITAL E AS TRANSFORMAÇÕES DOS MODOS DE VIDA EM TERRITÓRIOS CAMPONESES NO ESTADO DE SÃO PAULO

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientadora: Profª. Drª. Ana Claudia Giannini Borges

Comissão Examinadora

Profª. Drª. Ana Claudia Giannini Borges (Orientadora)
IGCE / UNESP/Rio Claro (SP)

Prof. Dr. Carlos Alberto Feliciano
FCT / UNESP/Presidente Prudente (SP)

Prof. Dr. Henrique Carmona Duval
CCN / UFSCar/Buri (SP)

Prof. Dr. José Gilberto de Souza
IGCE / UNESP/Rio Claro (SP)

Profª. Drª. Regina Aparecida Leite de Camargo
FCAV / UNESP/Jaboticabal (SP)

Conceito: **Aprovado**

Rio Claro (SP), 11 de julho de 2025

Aos camponeses, portadores da rebeldia
que nos traz a esperança em um
mundo de terra partilhada
e livre da exploração.

Agradecimentos

É chegado o momento de escrever os agradecimentos, e essas poucas linhas, por mais densas que eventualmente pudessem ser, jamais poderiam dar conta de elencar cada um e nem mesmo de expressar o quanto contribuíram todos aqueles que estiveram presentes nesta longa caminhada. Nos diz Riobaldo que *o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia.* E está certo. Mas também é bom chegar, mesmo que o ponto de chegada seja *bem diverso do em que primeiro se pensou*; e possa também representar uma nova saída. Por onde começar? Pelo início.

Agradecimentos primeiros a meus pais, Orivaldo e Cleusa, pelo apoio de todas as horas e de todas as ordens, desde sempre. Apoio que, não sendo acrítico, passa pelo exemplo de vida e de prática reais; fonte de inspiração nessa travessia, responsáveis por minha visão social de mundo construída ao longo de uma vida.

Ao meu irmão, Leandro, companheiro primeiro de aventuras, trapalhadas e aprendizado conjunto, personagem de grande parte dos causos contados nas rodas de amigos e mesas de bar. E que hoje, sempre pronto a apontar caminhos, é também fonte de inspiração e aprendizado pelo exemplo de indignação e militância, no compromisso com a construção de um outro mundo melhor.

À Mariele, namorada e companheira de vida, leitora primeira de todos os textos e parceira de reflexões. Exemplo de persistência e serenidade diante das adversidades. Sem sua alegria, provocação e companheirismo em todos os momentos, essa caminhada teria sido muito mais difícil, incompleta ou mesmo inconclusa. Meu carinho e gratidão eternos, moça!

À professora Ana Claudia, pela amizade e orientação generosa e compreensiva, aceitado trilhar junto os caminhos da pesquisa que, por vezes, se revelam tortuosos, colocando mais questionamentos que respostas. Minha gratidão, Ana, pela disposição ao diálogo nesta construção coletiva.

Aos professores que gentilmente aceitaram compor a banca examinadora desta tese, pelas importantes contribuições.

Aos amigos de repúblicas de Rio Claro (SP) que, ainda hoje compartilhando o cotidiano, mesmo que fisicamente distantes, contribuíram com muitas das reflexões desta pesquisa. Além de tornarem mais leve e descontraído o dia a dia. Meu muito obrigado também aos amigos de toda uma vida que, mesmo sem saber, contribuíram.

Agradecimento especial aos companheiros e companheiras de Diretoria da Associação dos Funcionários da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (AFITESP), pela luta

incessante em defesa da reforma agrária e contra o desmonte dessa importante instituição, que tem suas origens nas reivindicações dos movimentos sociais de luta pela terra. Que continuemos lutando coletivamente junto aos trabalhadores do campo, pois, relembrando o geógrafo Orlando Valverde, se queremos de fato construir a reforma agrária no país, dois sujeitos sociais são fundamentais: os camponeses e os técnicos extensionistas rurais. A todos aqueles que dedicam suas vidas à luta pela terra partilhada, trabalhadores do campo e extensionistas rurais, minha gratidão pelo aprendizado a quente, no embate contra aqueles que querem nos destruir. Contrariando quem nos detesta, seguimos!

Meus agradecimentos aos companheiros e companheiras de trabalho na Fundação ITESP e às famílias assentadas, pelo dia a dia e vivências compartilhadas, numa relação sem a qual este trabalho certamente seria mais pobre ou mesmo não existiria.

Agradecimentos à Universidade Estadual Paulista (UNESP), pública e gratuita, pelos espaços de livre exercício do pensamento crítico, mesmo que ao arrepio de muitos. Agradeço também ao Programa de Incentivo à Educação Formal e Especialização Profissional da Fundação ITESP, pela liberação de horas, tão necessárias ao cumprimento das atividades do doutorado. Estendo os agradecimentos também ao povo paulista, verdadeiro mantenedor das duas instituições.

E, por último, mas não menos importante, agradeço a todos os participantes desta pesquisa pelas contribuições generosas. Gratidão especial aos camponeses, diretamente participantes desta pesquisa ou não, que carregam consigo a esperança e a chama da rebeldia necessária à construção de um mundo socialmente justo.

Enfim, agradeço a todos que, cada um a seu modo, ajudando ou atrapalhando, contribuíram para o entendimento da importância em se saber para onde direcionar as *armas da crítica.*

“Sonhar mais um sonho impossível
Lutar quando é fácil ceder
Vencer o inimigo invencível
Negar quando a regra é vender

Sofrer a tortura implacável
Romper a incabível prisão
Voar num limite improvável
Tocar o inacessível chão.”

J. Darion / M. Leigh
Versão de Chico Buarque e Ruy Guerra

“Quem não se movimenta, não sente as correntes que o prendem.”

Rosa Luxemburgo

RESUMO

O desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo, em seu estágio monopolista, determina às sociedades periféricas o lugar da dependência econômica, da superexploração do trabalho e da exportação de *commodities* agrícolas e minerais. Dessa forma, o desenvolvimento do capitalismo no campo no Brasil responde à necessidade constante do capital em se expandir como forma de manter viva a marcha da acumulação. Em sua dinâmica de acumulação, o capital precisa se relacionar com formas de produção não capitalistas, promovendo sua espoliação. Assim, a acumulação do capital se faz também por meio da espoliação de territórios camponeses. No bojo desse movimento, assiste-se, no estado de São Paulo, a uma renovada investida do capital sobre as terras públicas dos assentamentos rurais. Essa dinâmica se desenvolve, dentre outras formas, por meio das chamadas "parcerias agrícolas" e arrendamentos, onde o capital agroindustrial atua por meio da territorialização do monopólio do setor sucroalcooleiro, se apropriando de frações dos territórios camponeses. Nesse processo, a penetração das formas sociais capitalistas pode engendrar transformações nos modos de vida dos sujeitos, levando, no limite, à expulsão dos camponeses de seus territórios. Frente a essa realidade, propõe-se analisar a territorialização da produção de *commodities* nos assentamentos rurais no estado de São Paulo, compreendendo como a inserção das relações de produção capitalistas e das formas sociais do capital estimulam processos de desintegração das formas organizativas camponesas e, por conseguinte, transformações em seus modos de vida. Para isso, foi efetuada análise de dados secundários sobre a produção agropecuária nos assentamentos rurais, bem como, adotando metodologia de pesquisa de caráter qualitativo, foram realizadas entrevistas guiadas junto aos sujeitos assentados, lideranças de movimentos sociais, extensionistas rurais, dentre outros participantes envolvidos com a questão agrária no estado. Por meio das entrevistas, procurou-se compreender as transformações em curso nas dimensões da produção agropecuária, da cooperação e das relações de reciprocidade, sempre atentando ao lugar ocupado pelo trabalho e pelo território enquanto categorias centrais, sendo o trabalho fundante das relações sociais e de produção que, por sua vez, estruturam e dão forma aos territórios camponeses. As entrevistas revelaram que, nos assentamentos rurais onde a cultura da cana-de-açúcar destinada ao processamento agroindustrial se faz mais presente, sob maior determinação do capital, o trabalho (familiar/coletivo/camponês) cede lugar às parcerias e arrendamentos, a cooperação se enfraquece e a reciprocidade, pouco a pouco, perde espaço para a troca mercantil. Corroborando a tese de pesquisa, constatou-se transformações no modo de vida camponês nos assentamentos onde a cultura da cana-de-açúcar e a penetração das formas sociais do capital se deram de modo mais intenso. Se entendermos os modos de vida e o território erigidos a partir das práticas materiais dos sujeitos, sob mediação fundante do trabalho, observou-se que o comprometimento dessas práticas engendra transformações também nos modos de vida e nos territórios camponeses estudados. De sujeitos coletivos, os camponeses passam a sofrer um processo de individualização, de atomização e fragmentação social. Fragiliza-se a organização social coletiva das comunidades, engendrando processos de alienação do trabalho e do território camponês.

Palavras-chave: acumulação por espoliação; assentamentos rurais; campesinato; território; trabalho.

ABSTRACT

Title in english: Accumulation and dispossession on public lands: the capital's offensive and the transformation of ways of life in peasant territories in the state of São Paulo

The uneven geographical development of capitalism, in its monopolistic stage, determines the place of economic dependence, overexploitation of labor and the export of agricultural and mineral commodities for peripheral societies. Thus, the development of capitalism in countryside in Brazil responds to the constant need of capital to expand as a way of keeping the march of accumulation alive. In its accumulation dynamics, capital needs to relate to non-capitalist forms of production, promoting their dispossession. Thus, the accumulation of capital also occurs through the dispossession of peasant territories. In the wake of this movement, in the state of São Paulo, we are witnessing a renewed offensive of capital in public lands in rural settlements. This dynamic develops, among other ways, through the so-called "agricultural partnerships" and leases, where agro-industrial capital acts through the territorialization of the monopoly of the sugar and alcohol sector, appropriating fractions of peasant territories. In this process, the penetration of capitalist social forms can engender transformations in the subjects' ways of life, ultimately leading to the expulsion of peasants from their territories. In view of this reality, we propose to analyze the territorialization of commodity production in rural settlements in the state of São Paulo, understanding how the insertion of capitalist production relations and social forms of capital stimulate processes of disintegration of peasant organizational forms and, consequently, transformations in their ways of life. To this end, we performed an analysis of secondary data on agricultural production in rural settlements, and, adopting a qualitative research methodology, we conducted guided interviews with settled subjects, leaders of social movements, rural extension workers, and other participants involved with the agrarian question in the state. Through the interviews, we sought to understand the transformations in process in the dimensions of agricultural production, cooperation and reciprocal relations, always paying attention to the place occupied by work and territory as central categories, with work being the foundation of social and production relations that, in turn, structure and shape peasant territories. The interviews reveal that, in rural settlements where sugarcane cultivation for agro-industrial processing is more present, under greater capital determination, work (family/collective/peasant) gives way to partnerships and leases, cooperation weakens and reciprocity gradually loses ground to mercantile exchange. Corroborating the research thesis, we found transformations in the peasant way of life in settlements where sugarcane cultivation and the penetration of social forms of capital occurred more intensely. If we understand the ways of life and territory built on the basis of the material practices of the subjects, under the founding mediation of work, it was observed that the compromise of these practices also engenders transformations in the ways of life and in the peasant territories studied. From being collective subjects, the peasants begin to undergo a process of individualization, atomization and social fragmentation. The collective social organization of the communities is weakened, engendering processes of alienation of work and peasant territory.

Keywords: accumulation by dispossession; rural settlements; peasantry; territory; work.

Lista de Figuras

Figura 1. Evolução da participação da área de cana-de-açúcar na área agrícola total das regiões administrativas do estado de São Paulo, entre os anos de 1985 e 2014 140
Figura 2. Localização das usinas sucroalcooleiras no estado de São Paulo, no ano de 2019 144
Figura 3. Curral abandonado em meio a canavial 147
Figura 4. Curral abandonado em meio a canavial 147
Figura 5. Cultivo de seringueira em processo de derrubada para o plantio de cana-de-açúcar 148
Figura 6. Distribuição espacial dos assentamentos rurais no estado de São Paulo 236
Figura 7. Vista de área preparada para receber o plantio de cultura temporária 331
Figura 8. Interior de barracão para sericicultura em assentamento rural no município de Euclides da Cunha Paulista (SP) 340
Figura 9. Exterior de barracão para sericicultura em assentamento rural no município de Euclides da Cunha Paulista (SP) 340
Figura 10. Olericultura em assentamento rural no município de Euclides da Cunha Paulista (SP) 341
Figura 11. Olericultura em assentamento rural no município de Euclides da Cunha Paulista (SP) 346
Figura 12. Ato contra o PL da Grilagem 410
Figura 13. Entardecer em acampamento no Pontal do Paranapanema 413
Figura 14. Reunião de trabalhadores acampados no Pontal do Paranapanema 414
Figura 15. Romaria da terra e das águas no Pontal do Paranapanema 414
Figura 16. Romaria da terra e das águas no Pontal do Paranapanema 415

Lista de Gráficos

Gráfico 1. Preço da saca (60 kg) de soja, em Reais constante, de 2009 a 2023, no Brasil ... 128
Gráfico 2. Preço da saca (50 kg) de açúcar, em Reais constante, de 2003 a 2023, no Brasil 129
Gráfico 3. Preço do litro de etanol, em Reais constante, de 2014 a 2023, no Brasil 130
Gráfico 4. Preço da saca (60 kg) de milho, em Reais constante, de 2014 a 2023, no Brasil. 131
Gráfico 5. Preço da arroba do boi gordo, em Reais constante, de 2004 a 2023, no Brasil.... 132
Gráfico 6. Conflitos no campo, por região, entre os anos de 2011 e 2023 134
Gráfico 7. Área colhida de cana-de-açúcar por mesorregião do estado de São Paulo, em hectares, 2020-2023 145
Gráfico 8. Quantidade produzida de cana-de-açúcar por mesorregião do estado de São Paulo, em toneladas, 2020-2023 145
Gráfico 9. Evolução do preço médio da terra de cultura de primeira no estado de São Paulo, entre os anos de 1995 e 2017, em Reais constantes 151

Lista de Mapas

Mapa 1. Localização do assentamento Tucano, município de Euclides da Cunha Paulista (SP) 252
Mapa 2. Evolução do uso e ocupação do solo no assentamento Tucano entre os anos de 1991 e 2023 258
Mapa 3. Localização do assentamento Santa Rosa, município de Euclides da Cunha Paulista (SP) 259
Mapa 4. Evolução do uso e ocupação do solo no assentamento Santa Rosa entre os anos de 1992 e 2023 264
Mapa 5. Localização do assentamento Rancho Grande, município de Euclides da Cunha Paulista (SP) 265
Mapa 6. Evolução do uso e ocupação do solo no assentamento Rancho Grande entre os anos de 1998 e 2023 270
Mapa 7. Localização do assentamento Santa Tereza, município de Euclides da Cunha Paulista (SP) 271
Mapa 8. Evolução do uso e ocupação do solo no assentamento Santa Tereza entre os anos de 2009 e 2023 276
Mapa 9. Localização do assentamento Ibitiúva, município de Pitangueiras (SP) 281
Mapa 10. Evolução do uso e ocupação do solo no assentamento Ibitiúva entre os anos de 1998 e 2023 286
Mapa 11. Localização do assentamento Reage Brasil, município de Bebedouro (SP) 287
Mapa 12. Evolução do uso e ocupação do solo no assentamento Reage Brasil entre os anos de 1998 e 2023 292
Mapa 13. Localização do assentamento Córrego Rico, município de Jaboticabal (SP) 296
Mapa 14. Evolução do uso e ocupação do solo no assentamento Córrego Rico entre os anos de 1998 e 2023 300
Mapa 15. Localização do assentamento Boa Sorte, município de Restinga (SP) 304
Mapa 16. Evolução do uso e ocupação do solo no assentamento Boa Sorte entre os anos de 1998 e 2023 309

Lista de Quadros

Quadro 1. Regionalizações adotadas na pesquisa e localização dos assentamentos rurais... 238
Quadro 2. Participantes da pesquisa 243
Quadro 3. Normas assentamentos estaduais 328
Quadro 4. Parcerias agrícolas formalizadas e situação dominial dos lotes 330

Lista de Tabelas

Tabela 1. Conflitos no campo, por unidade federativa, em ordem decrescente, entre os anos de 2011 e 2023, no Brasil 133

Tabela 2. Efeito Escala e Efeito Substituição no estado de São Paulo, em hectares (ha), entre as safras 2007/08 e 2016/17 141

Tabela 3. Participação dos diferentes estratos de área de UPA's, em hectares e porcentagem, no estado de São Paulo, nas safras 2007/08 e 2016/17 149

Tabela 4. Efeito Escala (EE) e Efeito Substituição (ES), no EDR de Presidente Venceslau (SP), entre as safras 2007/2008 e 2016/2017 248

Tabela 5. Índice de Theil (H) no EDR de Presidente Venceslau (SP), entre as safras 2007/2008 e 2016/2017 249

Tabela 6. Efeito Escala (EE) e Efeito Substituição (ES), no município de Euclides da Cunha Paulista (SP), entre as safras 2007/2008 e 2016/2017 250

Tabela 7. Índice de Theil (H) no município de Euclides da Cunha Paulista (SP), entre as safras 2007/2008 e 2016/2017 251

Tabela 8. Lotes pesquisados no assentamento Tucano, entre as safras 2010/2011 e 2017/2018 252

Tabela 9. Evolução da área cultivada no assentamento Tucano, em hectares (ha) e em porcentagem (%), entre as safras 2010/2011 e 2017/2018 253

Tabela 10. Efeito Escala (EE) e Efeito Substituição (ES), no assentamento Tucano, entre as safras 2010/2011 e 2017/2018 255

Tabela 11. Índice de Theil (H) no assentamento Tucano, entre as safras 2010/2011 e 2017/2018 255

Tabela 12. Lotes pesquisados no assentamento Santa Rosa, entre as safras 2010/2011 e 2017/2018 260

Tabela 13. Evolução da área cultivada no assentamento Santa Rosa, em hectares (ha) e em porcentagem (%), entre as safras 2010/2011 e 2017/2018 260

Tabela 14. Efeito Escala (EE) e Efeito Substituição (ES), no assentamento Santa Rosa, entre as safras 2010/2011 e 2017/2018 262

Tabela 15. Índice de Theil (H) no assentamento Santa Rosa, entre as safras 2010/2011 e 2017/2018 263

Tabela 16. Lotes pesquisados no assentamento Rancho Grande, entre as safras 2010/2011 e 2017/2018 266

Tabela 17. Evolução da área cultivada no assentamento Rancho Grande, em hectares(ha) e em porcentagem (%), entre as safras 2010/2011 e 2017/2018 266
Tabela 18. Efeito Escala (EE) e Efeito Substituição (ES), no assentamento Rancho Grande, entre as safras 2010/2011 e 2017/2018 268
Tabela 19. Índice de Theil (H) no assentamento Rancho Grande, entre as safras 2010/2011 e 2017/2018 268
Tabela 20. Lotes pesquisados no assentamento Santa Tereza, entre as safras 2010/2011 e 2017/2018 272
Tabela 21. Evolução da área cultivada no assentamento Santa Tereza, em hectares (ha) e em porcentagem (%), entre as safras 2010/2011 e 2017/2018 272
Tabela 22. Efeito Escala (EE) e Efeito Substituição (ES), no assentamento Santa Tereza, entre as safras 2010/2011 e 2017/2018 273
Tabela 23. Índice de Theil (H) no assentamento Santa Tereza, entre as safras 2010/2011 e 2017/2018 274
Tabela 24. Efeito Escala (EE) e Efeito Substituição (ES), no EDR de Barretos, entre as safras 2007/2008 e 2016/2017 277
Tabela 25. Índice de Theil (H) no EDR de Barretos (SP), entre as safras 2007/2008 e 2016/2017 278
Tabela 26. Efeito Escala (EE) e Efeito Substituição (ES), no município de Pitangueiras (SP), entre as safras 2007/2008 e 2016/2017 278
Tabela 27. Índice de Theil (H) no município de Pitangueiras (SP), entre as safras 2007/2008 e 2016/2017 279
Tabela 28. Efeito Escala (EE) e Efeito Substituição (ES), no município de Bebedouro (SP), entre as safras 2007/2008 e 2016/2017 279
Tabela 29. Índice de Theil (H) no município de Bebedouro (SP), entre as safras 2007/2008 e 2016/2017 280
Tabela 30. Lotes pesquisados no assentamento Ibitiúva, entre as safras 2010/2011 e 2017/2018 281
Tabela 31. Evolução da área cultivada no assentamento Ibitiúva, em hectares (ha) e em porcentagem (%), entre as safras 2010/2011 e 2017/2018 282
Tabela 32. Efeito Escala (EE) e Efeito Substituição (ES), no assentamento Ibitiúva, entre as safras 2010/2011 e 2017/2018 284
Tabela 33. Índice de Theil (H) no assentamento Ibitiúva, entre as safras 2010/2011 e 2017/2018 284

Tabela 34. Lotes pesquisados no assentamento Reage Brasil, entre as safras 2010/2011 e 2017/2018 288
Tabela 35. Evolução da área cultivada no assentamento Reage Brasil, em hectares (ha) e em porcentagem (%), entre as safras 2010/2011 e 2017/2018 288
Tabela 36. Efeito Escala (EE) e Efeito Substituição (ES), no assentamento Reage Brasil, entre as safras 2007/2008 e 2016/2017 289
Tabela 37. Índice de Theil (H) no assentamento Reage Brasil, entre as safras 2010/2011 e 2017/2018 290
Tabela 38. Efeito Escala (EE) e Efeito Substituição (ES), no EDR de Jaboticabal (SP), entre as safras 2007/2008 e 2016/2017 293
Tabela 39. Índice de Theil (H) no EDR de Jaboticabal (SP), entre as safras 2007/2008 e 2016/2017 294
Tabela 40. Efeito Escala (EE) e Efeito Substituição (ES), no município de Jaboticabal (SP), entre as safras 2007/2008 e 2016/2017 294
Tabela 41. Índice de Theil (H), no município de Jaboticabal (SP), entre as safras 2007/2008 e 2016/2017 295
Tabela 42. Lotes pesquisados no assentamento Córrego Rico, entre as safras 2010/2011 e 2017/2018 296
Tabela 43. Evolução da área cultivada no assentamento Córrego Rico, em hectares (ha) e em porcentagem (%), entre as safras 2010/2011 e 2017/2018 297
Tabela 44. Efeito Escala (EE) e Efeito Substituição (ES), no assentamento Córrego Rico, entre as safras 2007/2008 e 2016/2017 298
Tabela 45. Índice de Theil (H) no assentamento Córrego Rico, entre as safras 2010/2011 e 2017/2018 298
Tabela 46. Efeito Escala (EE) e Efeito Substituição (ES), no EDR de Franca (SP), entre as safras 2007/2008 e 2016/2017 301
Tabela 47. Índice de Theil (H) no EDR de Franca (SP), entre as safras 2007/2008 e 2016/2017 301
Tabela 48. Efeito Escala (EE) e Efeito Substituição (ES), no município de Restinga (SP), entre as safras 2007/2008 e 2016/2017 302
Tabela 49. Índice de Theil (H) no município de Restinga (SP), entre as safras 2007/2008 e 2016/2017 303
Tabela 50. Lotes pesquisados no assentamento Boa Sorte, entre as safras 2010/2011 e 2017/2018 304

Tabela 51. Evolução da área cultivada no assentamento Boa Sorte, em hectares (ha) e em porcentagem (%), entre as safras 2010/2011 e 2017/2018 305
Tabela 52. Efeito Escala (EE) e Efeito Substituição (ES), no assentamento Boa Sorte, entre as safras 2007/2008 e 2016/2017 306
Tabela 53. Índice de Theil (H) no assentamento Boa Sorte, entre as safras 2010/2011 e 2017/2018 307

Lista de Abreviaturas

ADI - Ação Direta de Inconstitucionalidade

AFITESP - Associação dos Funcionários da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva"

AGU - Advocacia-Geral da União

ALESP - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

APP - Área de Preservação Permanente

ARA - Assessoria de Revisão Agrária

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

ATR - Açúcares Totais Recuperáveis

ATRA - Assessoria Técnica de Revisão Agrária

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAI - Complexo Agroindustrial

CATI - Coordenadoria de Assistência Técnica Integral

CCT - Corte, Carregamento e Transporte

CCU - Contrato de Concessão de Uso

CDRU - Concessão de Direito Real de Uso

CEB - Comunidade Eclesial de Base

CEPEA - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada

CESP - Companhia Energética de São Paulo

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

CONEP - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

CONSECANA - Conselho de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Etanol do Estado de São Paulo

CONTAG - Confederação dos Trabalhadores da Agricultura

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DAF - Departamento de Assessoramento Fundiário

DAF - Departamento de Assuntos Fundiários

DAPD - Diretoria Adjunta de Políticas de Desenvolvimento

DARF - Diretoria Adjunta de Recursos Fundiários

DCONP - Declaração de Conformidade ao PPAIS

DRF - Departamento de Regularização Fundiária

EDR - Escritório de Desenvolvimento Rural

EE - Efeito Escala

ES - Efeito Substituição

ESALQ - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"

EUA - Estados Unidos da América

FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

FEPASA - Ferrovia Paulista S.A.

FERAESP - Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo

FMI - Fundo Monetário Internacional

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FNL - Frente Nacional de Luta Campo e Cidade

GTC - Grupo Técnico de Campo

IAA - Instituto do Açúcar e do Álcool

IAF - Instituto de Assuntos Fundiários

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

ICMS - Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IEA - Instituto de Economia Agrícola

IED - Investimento Externo Direto

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPO - Initial Public Offering

ITESP - Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva"

LUPA - Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo

MATOPIBA - Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

MDS - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OEA - Organização dos Estados Americanos

ONG - Organização Não Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PGR - Procuradoria-Geral da República

PL - Projeto de Lei

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

POSDR - Partido Operário Social-Democrata Russo

PPAIS - Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social

PROAGRO - Programa de Garantia da Atividade Agropecuária

PROÁLCOOL - Programa Nacional do Álcool

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PT - Partido dos Trabalhadores

RA - Região Administrativa

RL - Reserva Legal

SAA - Secretaria de Agricultura e Abastecimento

SAF - Secretaria de Assuntos Fundiários

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEFAZ - Secretaria da Fazenda e Planejamento

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SJDC - Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania

SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural

STF - Supremo Tribunal Federal

SUPRA - Superintendência da Reforma Agrária

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TD - Título de Domínio

TPU - Termo de Permissão de Uso

UDOP - União Nacional da Bioenergia

UDR - União Democrática Ruralista

UNICA - União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia

UPA - Unidade de Produção Agropecuária

USAID - United States Agency for International Development

VTN - Valor da Terra Nua

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO **23**
1.1 Objetivos da pesquisa **32**
1.2 Estrutura da tese **32**
2 DA CONSTITUIÇÃO DOS MONOPÓLIOS E DO CAPITAL FINANCEIRO **35**
2.1 Concentração e centralização do capital **36**
2.2 O enlace entre os capitais industrial e bancário **40**
2.3 Financeirização e espoliação **47**
3 ESTADO, DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E CAPITALISMO DEPENDENTE **58**
3.1 O Estado capitalista e a dinâmica da luta de classes **58**
3.1.2 O bloco no poder **70**
3.1.3 O Estado, a dominação e os dominados **77**
3.2 Desenvolvimento desigual e capitalismo dependente **82**
3.2.1 O capitalismo dependente **82**
3.2.2 O desenvolvimento geográfico desigual **92**
4 A AGRICULTURA SOB O CAPITALISMO MONOPOLISTA **103**
4.1 Modernização conservadora, reprimarização e aprofundamento da dependência **105**
4.2 A questão da renda da terra **112**
4.3 A expansão do monopólio na agricultura **117**
4.4 Aumento nos preços das *commodities* e nos conflitos no campo: os números revelam a correlação entre os fenômenos **128**
4.5 A territorialização do monopólio no setor sucroalcooleiro no estado de São Paulo **137**
5 O CAMPESINATO AO LONGO DA HISTÓRIA **153**
5.1 O debate clássico **153**
5.1.1 O narodnismo russo **154**
5.1.2 O anarquismo agrário **156**
5.1.3 O marxismo ortodoxo agrário **158**
5.1.3.1 Kautsky e *A questão agrária* **167**
5.1.3.2 Lênin e *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* **172**
5.1.4 Chayanov e A organização da unidade econômica camponesa **179**
5.2 O campesinato na contemporaneidade **188**
6 METODOLOGIA **202**
6.1 Os caminhos teórico-metodológicos **202**
6.1.1 Pesquisa exploratória **202**
6.1.2 Pesquisa descritiva **203**
6.1.3 Pesquisa explicativa **203**
6.2 A questão do método **204**
6.2.1 O método hipotético-dedutivo **204**

6.2.2 O método fenomenológico 206
6.2.3 O método dialético 207
6.3 As categorias centrais: trabalho e território 211
6.4 Procedimentos Metodológicos 234
6.5 Informações Básicas da Pesquisa 244
7 ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO EM TERRAS PÚBLICAS: ANÁLISE DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO 247
7.1 Regional Oeste 248
7.1.1 Uso e ocupação do solo no EDR de Presidente Venceslau (SP) e no município de Euclides da Cunha Paulista (SP) 248
7.1.1.1 Assentamento Tucano 251
7.1.1.2 Assentamento Santa Rosa 259
7.1.1.3 Assentamento Rancho Grande 265
7.1.1.4 Assentamento Santa Tereza 271
7.2 REGIONAL NORTE 277
7.2.1 Uso e ocupação do solo no EDR de Barretos (SP) e nos municípios de Pitangueiras (SP) e Bebedouro (SP) 277
7.2.1.1 Assentamento Ibitiúva 280
7.2.1.2 Assentamento Reage Brasil 287
7.2.2 Uso e ocupação do solo no EDR de Jaboticabal (SP) e no município de Jaboticabal(SP) 293
7.2.2.1 Assentamento Córrego Rico 295
7.2.3 Uso e ocupação do solo no EDR de Franca (SP) e no município de Restinga (SP) 301
7.2.3.1 Assentamento Boa Sorte 303
7.3 Os números escondem as relações sociais, é preciso ouvir os sujeitos nos territórios 310
8 ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO EM TERRAS PÚBLICAS: A INVESTIDA DO CAPITAL SOBRE OS TERRITÓRIOS CAMPONESES 312
8.1 Considerações sobre a seção e o tratamento das falas dos entrevistados 313
8.2 Assentamentos rurais, as regionais, a Fundação ITESP e as normas: um breve histórico 317
8.2.1 As duas regionais da pesquisa 317
8.2.2 A Fundação ITESP e suas transformações no tempo 321
8.2.3 As normas 326
8.3 O trabalho familiar, as relações sociais e a produção agropecuária 330
8.3.1 A diversidade da produção 330
8.3.2 O recurso ao trabalho acessório 347
8.3.3 A precariedade das condições materiais de vida abre as porteiras para as parcerias e arrendamentos 353
8.3.4 A realidade das parcerias e arrendamentos 360
8.4 O trabalho coletivo e a cooperação 382
8.5 O trabalho coletivo e as relações de reciprocidade 391

8.6 A investida do capital monopolista sobre as terras públicas no estado de São Paulo: o que nos dizem os sujeitos 399

8.7 O que concluir disso tudo? 415

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS 419

REFERÊNCIAS 429

APÊNDICES 444

Apêndice A - Roteiro de Entrevista - Assentados(as) 445

Apêndice B - Roteiro de Entrevista - Assessor ALESP 451

Apêndice C - Roteiro de Entrevista - Movimentos Sociais 453

Apêndice D - Roteiro de Entrevista - Servidor ITESP 455

Apêndice E - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) - Assentados(as) 457

Apêndice F - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) - ALESP 460

Apêndice G - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) - Movimento Social / ITESP 463

1 INTRODUÇÃO

O atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas no campo, sob o modo capitalista de produção em sua etapa monopolista, no final do século XX e início do século XXI, tem levado a alterações nas relações de produção, monotonia de paisagens, concentração fundiária, violência, expropriação, espoliação e desterritorialização de povos originários e comunidades camponesas. Entretanto, em seu contraditório movimento de expansão, o capital atua monopolizando territórios, territorializando monopólios (Oliveira, 2007, 2016), criando e recriando condições para a reprodução social daqueles que outrora desterritorializou.

Esse processo se intensifica com a mundialização do capital (Chesnais, 1996), conformando a aliança entre as burguesias interna e mundial num pacto que possibilita a constituição de oligopólios internacionais que, associados ao capital financeiro, passam a atuar no setor agrícola e no mercado de terras, monopolizando a propriedade dessas para a produção de *commodities* agrícolas e especulação, reproduzindo, assim, o rentismo historicamente impregnado no capitalismo no Brasil. Dessa forma, o capital monopolista mundial, operando por meio da mercantilização, grilagem e privatização de terras públicas, promove e se alimenta do processo denominado por Harvey (2014) de acumulação por espoliação.

Conforme expõe Rosa Luxemburgo (1970), como processo histórico concreto, a acumulação do capital se realiza mediante duas dimensões distintas, nem sempre facilmente discerníveis. Por um lado, o processo se dá sob relações de produção tipicamente capitalistas, nos lugares da produção de mais-valia, valendo-se das relações entre capitalistas e trabalhadores assalariados, nos limites da troca de mercadorias e da propriedade privada, sob o manto da igualdade jurídica que oculta a desigualdade econômica, a exploração e a dominação de classe. Por outro lado, a acumulação se faz no intercâmbio entre o capital e formas sociais não capitalistas. Em sua necessidade de constante expansão, o capital precisa se relacionar com *camadas* e espaços não capitalistas, subordinando-os de modo a garantir a acumulação via espoliação. No primeiro caso, o que se tem é a reprodução ampliada do capital por meio da exploração de relações tipicamente capitalistas; no segundo, coloca-se em movimento a produção do capital via sujeição de relações de produção não capitalistas (Martins, 1981).

No que toca à agricultura, essa dinâmica de expansão do capital se faz estendendo as relações de produção capitalistas no campo, com o estabelecimento do trabalho assalariado e também sujeitando a renda da terra camponesa, produzindo o capital a partir de relações de produção não capitalistas (trabalho familiar camponês). Se no primeiro caso esse movimento da acumulação, frequentemente, conduz à expropriação camponesa, na segunda situação, atua

de maneira contraditória, possibilitando a reprodução social desses mesmos sujeitos (Martins, 1981; Oliveira, 2001a).

Nessa dinâmica da acumulação, a forma política estatal, enquanto forma necessária do capital (Mascaro, 2013) atua na garantia de ambiente formalmente assegurado de troca de mercadorias, onde trabalhadores despojados dos meios de produção, sujeitos de direito, podem vender sua força de trabalho a capitalistas individuais, numa relação de igualdade jurídica que oculta a desigualdade real e a exploração de classe que se estabelece nessa relação entre proprietários independentes de mercadorias. Em sua natureza de classe (burguesa), o Estado age organizando os interesses políticos e econômicos das classes dominantes, de modo a garantir a acumulação, enquanto desorganiza as classes dominadas (Poulantzas, 2019).

Dessa forma, no bojo de uma economia dependente, que responde às determinações do desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo mundial (Harvey, 2013), assiste-se a uma atuação estatal que garante a acumulação do capital em ambas as dimensões apontadas por Luxemburgo (1970), seja por meio da exploração das relações de produção tipicamente capitalistas, seja via subordinação de relações de produção não capitalistas. Assim, enquanto, por um lado, o Estado capitalista formaliza juridicamente as relações contratuais de exploração do trabalho assalariado, por outro, responsabiliza-se pelo arcabouço jurídico e pelas adequações normativas que permitem a apropriação privada e em larga escala de terras públicas na marcha da acumulação.

Em se tratando dos assentamentos rurais no estado de São Paulo, objeto de nosso estudo, assiste-se nos últimos anos a uma série de alterações normativas promovidas pelo Estado no intuito de possibilitar a acumulação do capital no campo a partir da apropriação de terras públicas e da espoliação de territórios camponeses.

Se, ao menos desde o século XIX, o capitalismo se desenvolve subordinando a agricultura e as relações de produção a ela associadas, entendemos que o que se processa na atualidade no estado de São Paulo é uma renovada e intensificada investida do capital agroindustrial sobre as terras públicas estaduais. O recrudescimento da luta de classes no país a partir de meados da segunda década dos anos 2000, a negação da política e a consequente ascensão ao poder de Estado de forças políticas reacionárias – umbilicalmente ligadas a setores ruralistas –, sobretudo, a partir do ano de 2019, projetam seus efeitos também sobre a disputa sócio-espacial que se dá no campo entre projetos societários distintos: o projeto camponês (sem-terra) e o projeto da burguesia agrária. Empoderada com seus representantes no poder institucional, essa fração da burguesia (Poulantzas, 2019) intensifica o movimento de expansão da acumulação via captura da renda fundiária sobre as terras públicas.

Compreendemos que esse movimento se desenvolve, sobretudo, em duas frentes distintas, mas associadas: o avanço sobre as terras públicas dos territórios de reforma agrária, via parcerias agrícolas, arrendamentos e titulação dos lotes em assentamentos rurais; e a regularização das terras públicas irregularmente ocupadas, em outras palavras, regularização da grilagem de terras. As duas frentes compõem o movimento de acumulação por espoliação (Harvey, 2014) via apropriação do estoque de terras públicas[1] do estado de São Paulo.

Recentemente, esse processo de expansão do capital sobre terras públicas e territórios camponeses encontra possiblidades para se intensificar frente a aprovação de uma série de leis e portarias administrativas que visam pavimentar o caminho de acesso do capital agroindustrial seja às terras públicas pertencentes aos assentamentos rurais, seja às terras devolutas ainda sem destinação formal estatal. Dentre uma série de normas que atendem a essa finalidade, destacam-se as Leis estaduais 17.557/2022 e 17.517/2022, bem como a Portaria ITESP nº 53/2023. Contudo, antes de tratar das normas em questão, se faz necessário que apresentemos brevemente algumas informações sobre os assentamentos rurais no estado de São Paulo.

De acordo com dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária[2] (INCRA, 2023), o estado de São Paulo possui 285 Projetos de Assentamentos distribuídos por todo o seu território, contemplando um total de aproximadamente 20 mil famílias assentadas e abrangendo uma área de 364.965 hectares (ha).

A Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo[3] (Fundação ITESP, 2023) informa, ainda, que, do total de assentamentos rurais implantados no estado, 140 são de domínio estadual, contemplando mais de 7 mil famílias assentadas em uma área total que abrange aproximadamente 150 mil ha. A maior parte dos assentamentos rurais se concentra na região oeste do estado, conhecida como Pontal do Paranapanema, região emblemática para a luta pela reforma agrária no país devido à histórica concentração fundiária, grilagem de terras, ocorrência

[1] Apesar da dificuldade de acesso e da imprecisão das informações, dados da Fundação ITESP (2000) revelam que, apenas na região do Pontal do Paranapanema, emblemática pelo histórico de grilagem de terras devolutas e de luta social pela reforma agrária, têm-se, aproximadamente, 200 mil ha de terras públicas já julgadas devolutas e ainda sem destinação. E as áreas não discriminadas na região somam mais de 400 mil ha de terras. Quando somadas essas áreas aos mais de 150 mil ha de terras de assentamentos rurais estaduais (Fundação ITESP, 2013), tem-se um vislumbre do estoque de terras públicas em vias de ser apropriado pelo capital.

[2] O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é a autarquia federal responsável por executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional.

[3] Vinculada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA-SP), a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" (ITESP) é o órgão responsável pelo planejamento e execução das políticas agrária e fundiária do estado, atuando, dentre outras atribuições, na prestação de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) aos assentamentos rurais e comunidades quilombolas, na implantação de assentamentos de trabalhadores rurais, no reconhecimento de comunidades remanescentes de quilombos e na mediação de conflitos fundiários.

de conflitos agrários e forte organização de movimentos sociais de luta pela terra (Thomaz Júnior, 2012).

Conforme a Fundação ITESP (2013), as primeiras ocupações e assentamento de famílias no estado se dão no início da década de 1980, com os assentamentos: Primavera (1981), no município de Andradina (SP); Sumaré (1984), no município de mesmo nome; e Gleba XV de Novembro (1984), nos municípios de Euclides da Cunha Paulista (SP) e Rosana (SP). Entretanto, é com a promulgação da Lei nº 4.957/1985, sob o governo de Franco Montoro, que se institui os "planos públicos de valorização e aproveitamento dos recursos fundiários", possibilitando a execução da política de assentamentos rurais no estado. Em seu artigo 1º, a referida lei prevê que o Estado deverá promover a efetiva exploração agropecuária ou florestal de terras ociosas, subaproveitadas ou aproveitadas inadequadamente, bem como criar oportunidades de trabalho e de progresso socioeconômico a trabalhadores rurais sem terras ou com terras insuficientes para sua subsistência (São Paulo, 1985a).

O artigo citado acima nos permite um vislumbre dos objetivos das políticas agrária e fundiária estaduais. É importante que destaquemos que a promulgação de tal lei, bem como os assentamentos de trabalhadores rurais por ela possibilitados, só foram possíveis devido a organização e atuação dos movimentos sociais do campo - cabendo destaque ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) -, que nas décadas de 1980 e, principalmente, de 1990, intensificaram as mobilizações e ocupações de terras, sobretudo, no Pontal do Paranapanema, obtendo grande espaço de cobertura na mídia (nem sempre favorável aos trabalhadores) e repercussão nacional e internacional.

Conforme Bergamasco e Norder (1996, p. 7), de modo genérico, "[...] os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra". Observamos que o entendimento dos autores vai ao encontro dos objetivos preconizados na Lei nº 4.957/1985.

Leite *et al.* (2004) analisam que, para além da geração de renda e benefício de trabalhadores rurais assentados, os assentamentos rurais também geram transformações expressivas nas regiões e municípios onde são implantados. Tais efeitos, diretos ou indiretos, se fazem sentir em diferentes aspectos da vida social, como, por exemplo, nas dimensões econômica, social, política e ambiental, levando a maior preservação dos bens comuns, dinamização da economia de pequenos e médios municípios, diversificação produtiva, transformação nas relações sociais e de poder em diferentes escalas, dentre outros desdobramentos.

Não obstante as transformações sócio-espaciais locais e regionais engendradas pelos assentamentos rurais, a conflitualidade que marca a questão agrária nacional não se encerra no momento em que as famílias se veem assentadas. Conforme Borelli Filho, Souza e Ferrante (2011, p. 245), os assentamentos podem ser compreendidos como "[...] instâncias em permanente transformação e evolução nos distintos tempos sociais e trajetórias de vida, caracterizadas por pressões, conflitos e lutas". O tão conhecido lema "ocupar, resistir, produzir" continua vivo como chamado e lembrança constante de que a luta não se encerra no momento do assentamento.

Para além das dificuldades inerentes à adequada execução da política de assentamentos – a escassez de crédito rural e a desarticulação da assistência técnica e extensão rural podem ser citados como exemplos – os camponeses no estado de São Paulo se encontram em constante conflito sócio-espacial decorrente da ação do capital agroindustrial (monopolista) no campo. Esse movimento, que se expressa no avanço dos monocultivos, sobretudo da cana-de-açúcar, seja no entorno, seja no interior dos próprios assentamentos, ocasiona toda uma gama de impactos em diferentes dimensões do território camponês, podendo ser identificados, por exemplo, na degradação dos bens comuns, na diminuição da diversidade produtiva, no esgotamento dos solos, na fragilização da organização social e na subsunção do trabalhador camponês ao capital agroindustrial (Thomaz Júnior, 2012).

É importante considerar que o avanço do capital agroindustrial sobre terras devolutas tem servido como fator legitimador do discurso de que tais terras, mesmo que irregularmente ocupadas (grilagem de terras), apresentariam satisfatórios índices de produtividade. Situação em que, supostamente, estariam superadas as razões para arrecadação e implantação de assentamentos em tais áreas, escamoteando o conflito social e as relações sociais de poder que se encontram na base desse processo.

Conforme nos fala Souza (2008, p. 51), o avanço do capital agroindustrial "[...] é paradigmático para as relações sociais e processos de poder e acumulação, uma vez que avança o setor sucroalcooleiro sobre terras devolutas, em territórios sobre os quais grassavam questionamentos sobre o grau de utilização da terra e a efetiva propriedade e posse".

Esse avanço ruralista sobre as terras devolutas não se faz sem que o Estado, enquanto forma política estatal (Mascaro, 2013), atue alterando o arcabouço jurídico de modo a viabilizar a acumulação de capital via apropriação das terras públicas e espoliação de territórios camponeses. As leis e portarias apresentadas a seguir expressam esse movimento em que o direito e o Estado, enquanto formas sociais do capital, servem aos interesses das classes dominantes.

A Lei Estadual nº 17.557/2022 institui o "Programa Estadual de Regularização de Terras" que permite aos ocupantes irregulares de terras públicas estaduais regularizar suas posses mediante pagamento de preço definido com base em percentual incidente sobre o valor da terra nua na região, adotando como referência os valores oficiais definidos pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA-SP) (São Paulo, 2022a). A lei estabelece uma série de faixas percentuais para os cálculos do preço[4] a ser pago pelo ocupante irregular, a depender do tempo de ocupação e da fase processual da ação discriminatória[5] em que se encontra o imóvel. Chama a atenção o fato de a lei permitir a regularização de imóveis já julgados devolutos por decisão com trânsito em julgado e objeto de ação reivindicatória, ou seja, áreas já julgadas devolutas, legalmente aptas à implantação de assentamentos rurais e que estão sendo legalmente capturadas por mãos privadas. Destaca-se também o fato de a Lei nº 17.557/2022 revogar o artigo 9º da Lei nº 4.925/1985, que permitia ao Estado arrecadar terras devolutas e destiná-las, conforme preconiza a política agrária e fundiária estadual, à implantação de assentamentos rurais (São Paulo, 1985b). Significa dizer que, em termos práticos, a referida lei[6] regulariza a grilagem de terras devolutas ao mesmo tempo em que extingue qualquer possibilidade legal de implantação de novos assentamentos rurais.

A Lei Estadual nº 17.517/2022, por sua vez, possibilita a outorga do Título de Domínio (TD) às famílias nos assentamentos rurais estaduais (São Paulo, 2022b). Em que pese o anseio de parte das famílias assentadas pelo título, nosso entendimento é de que o Estado, mais uma vez assumindo os interesses dos capitalistas agrários, atua por meio da instrumentalização do sonho de muitas famílias camponeses, de modo a facilitar a apropriação das terras públicas de assentamentos rurais pelo capital agroindustrial e imobiliário, seja via arrendamentos, no plano imediato, seja por apropriação direta, via compra e/ou expulsão de camponeses, no médio prazo[7]. Em nossa compreensão, associado a um cenário de esvaziamento de políticas públicas

---

[4] Causa espanto o fato de a sistemática de cálculo adotada permitir descontos de até 90% no preço a ser pago pelo ocupante irregular, a depender do tempo de ocupação e do estágio da ação discriminatória.

[5] A Ação Discriminatória é o procedimento judicial por meio do qual o Estado identifica e discrimina as terras devolutas (públicas) daquelas sob o domínio particular. Uma vez definidas como públicas, as terras devem retornar ao domínio do Estado para que este lhes dê destinação (Fundação ITESP, 2000).

[6] A Lei 17.557/2022 é alvo de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI nº 7326) proposta pelo Partido dos Trabalhadores (PT). A ADI aguarda julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF), no entanto, a Advocacia Geral da União (AGU) e a Procuradoria Geral da República (PGR) já se manifestaram favoráveis ao deferimento de medida cautelar para suspensão dos efeitos da Lei 17.557/2022 e do Decreto 67.151/2022 até que a ação seja julgada pelo plenário do STF. Enquanto o julgamento não ocorre, as terras devolutas seguem sendo entregues aos ruralistas.

[7] As cláusulas resolutivas preveem que o Título de Domínio não poderá ser negociado por um período de 10 (dez) anos, contados da data de outorga do mesmo, "salvo exceções previstas em regulamento". Dados os interesses econômicos envolvidos, a depender das dificuldades encontradas e das condições materiais de vida das famílias

de geração de renda e de fomento à permanência das famílias no campo, o processo de titulação dos lotes pode impulsionar a especulação imobiliária e a reconcentração fundiária nas áreas de assentamentos rurais.

No que se refere às chamadas "parcerias agrícolas", "parcerias negociais" ou "parcerias produtivas" entre as famílias assentadas e o capital agroindustrial, assiste-se à publicação de sucessivas Portarias administrativas da Fundação ITESP possibilitando o plantio de culturas destinadas ao processamento industrial, notadamente, a monocultura canavieira associada ao agronegócio sucroalcooleiro. O primeiro instrumento jurídico a permitir tal relação entre assentados e empresas do agronegócio é a Portaria ITESP nº 75/2002, rapidamente substituída pela Portaria ITESP nº 77/2004 (Fundação ITESP, 2002, 2004). Essa última previa que até 50% da área total dos lotes poderia ser ocupada com cultura para fins de processamento industrial. A portaria vigorou por quase duas décadas e as parcerias, de modo geral, se mantiveram concentradas nos assentamentos localizados nas regiões administrativas de Barretos, Ribeirão Preto e Central, áreas de forte influência econômica e política do setor sucroenergético.

No bojo dessa renovada investida do capital no campo, novas normativas são publicadas visando expandir a área passível de ser apropriada no interior dos assentamentos. Assim, no ano de 2022, é publicada a Portaria ITESP nº 25/2022 alterando a Portaria ITESP nº 77/2004, possibilitando que os cultivos destinados à agroindústria ocupem até 50% da área total dos lotes, acrescentando, porém, a permissão para que 2/3 da área remanescente da parcela pudesse ser destinado a outra parceria, desde que com cultura diferente da primeira (Fundação ITESP, 2022). Na prática, liberava-se o acesso do capital agroindustrial à quase totalidade das áreas dos lotes das famílias camponesas. Posteriormente, é publicada a Portaria ITESP nº 53/2023 que, revogando as portarias anteriores, estabelece que a implantação de cultivos destinados ao processamento industrial poderá se dar ocupando o limite máximo de 70% da área total do lote (Fundação ITESP, 2023a). No ano de 2023, é publicada também a Portaria ITESP nº 26/2023, que autoriza a realização de parcerias agrícolas entre agricultores assentados e "produtores rurais tradicionais", facilitando aos produtores rurais capitalizados do entorno o acesso às terras dos assentamentos rurais (Fundação ITESP, 2023b). Por fim, no ano de 2024, é publicada a Portaria ITESP nº 78/2024, que revoga a Portaria ITESP nº 26/2023 e expande para 70% o limite máximo de área dos lotes passível de ser objeto de parceria entre famílias assentadas e "produtores rurais tradicionais" (Fundação ITESP, 2024).

---

assentadas, as "exceções previstas em regulamento" podem se tornar regra, acelerando a incorporação dessas áreas ao mercado de terras.

No quadro dessa investida do capital sobre as terras públicas, em concomitância à publicação das diferentes portarias, assiste-se ao esforço estatal na organização de "Dias de Campo" e reuniões com as comunidades para a divulgação das parcerias, visando difundir os monocultivos nos assentamentos rurais. Busca-se, assim, estender aos assentamentos de todo o estado as relações de parcerias e a dinâmica produtiva do agronegócio que antes se encontravam concentradas em assentamentos de algumas regiões.

Nessa dinâmica de acumulação, o capital se estende ao interior dos assentamentos por meio de dois movimentos distintos, conceituados por Oliveira (2016) como territorialização do monopólio[8] e monopolização do território. Por meio do primeiro, o capital, sobretudo sucroalcooleiro, expande as relações de produção capitalistas e a monocultura canavieira sobre os territórios camponeses por meio de parcerias que mais se assemelham a arrendamentos das terras com o beneplácito do Estado. Em nosso entendimento, esse movimento engendra a fragmentação social das comunidades e a tendencial despossessão dos camponeses de seus territórios. No segundo movimento, o capital atua através da subordinação das relações de produção não capitalistas, sujeitando a renda da terra camponesa no processo de produção do capital. De modo contraditório, esse segundo movimento possibilita a própria reprodução social do campesinato (Martins, 1981).

---

[8]Esclarecemos que mesmo não se tratando do controle monopolista direto de frações do território camponês por meio da propriedade privada da terra, devido à constatação de que, concretamente, as chamadas "parcerias agrícolas" comportam elementos que permitem compreendê-las como arrendamentos (destaca-se aqui a diminuta participação ou mesmo a ausência do trabalho familiar camponês no processo de produção), consideramos que o processo de *territorialização do monopólio* se institui objetivamente em alguns dos assentamentos de nosso estudo, por meio do controle monopolista da terra camponesa via "parcerias" (arrendamentos). Dessa forma, mesmo que a relação camponesa com a terra esteja baseada na posse, o arrendamento possibilita aos grupos empresariais monopolistas o controle sobre frações do território camponês. Essa relação permite, em nosso entendimento, compreender tal movimento como uma dinâmica de *territorialização do monopólio*, expressa objetivamente no processo de *fusão territorial monopolística*, com seus elementos de concentração territorial e econômica, com integração técnica vertical e horizontal, que fazem avançar o setor sucroalcooleiro e a extração de mais-valia sobre alguns dos assentamentos rurais estudados. Nesse sentido, embora a relação camponesa com a terra não implique necessariamente o estatuto da propriedade privada, dado o controle territorial e do processo produtivo (integração vertical e horizontal) exercido pelos grupos empresariais, com a extração da renda da terra e da mais-valia que esse movimento implica, entendemos que a dinâmica que se configura pode ser compreendida como *territorialização do monopólio*. Assim, em nosso entendimento, em se tratando das determinações territoriais engendradas, o movimento do real nos permite a aproximação ao conceito.
A respeito da fusão territorial monopolística, Oliveira (2016, p. 157) expõe que
"[...] Este conceito designa, portanto, a concentração territorial a partir das aquisições e fusões entre empresas, que fazem com que frações do território capitalista passem a ter o monopólio da propriedade da terra direto ou através de arrendamento, exercido pelos grupos econômicos agroindustriais monocultores territorializados que se formam. Portanto, as **fusões territoriais monopolísticas** (*monopolistic territorial fusions*) constituem-se na expressão objetiva da territorialização dos monopólios no setor sucroenergético. Neles ocorrem as soldagens das alianças de classes e frações de classes entre os capitalistas industriais, que podem ser também, capitalistas agrícolas e proprietários de terra, e os demais proprietários de terra que podem ser também, capitalistas agrícolas fornecedores de matéria prima das unidades industriais, ou mesmo simples proprietários de terra rentistas que as cedem sob contratos de arrendamentos, ativando ou desativando unidades industriais, visando simultaneamente o uso."

Considerando-se a dinâmica exposta, buscamos, em nosso estudo, compreender os efeitos decorrentes da introdução dos monocultivos e das formas sociais do capital nos assentamentos rurais no estado de São Paulo, atentando para os impactos sobre a diversidade produtiva e para a produção de alimentos, bem como para os desdobramentos que esse movimento leva aos processos organizativos e aos modos de vida dos sujeitos nesses territórios camponeses.

Se em Marx (2008) temos que o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual, não sendo a consciência dos homens a determinar o seu ser, mas, ao contrário, o seu ser a determinar a sua consciência, concordando com o pensador, podemos compreender a centralidade do território e das práticas sócio-espaciais na afirmação dos modos de vida dos sujeitos sociais em comunidades camponesas. Considerando-se que o modo de produção e reprodução material da vida social, sob a mediação do trabalho, condiciona o que os homens efetivamente são, entendemos que a introdução das formas sociais capitalistas nos assentamentos pode engendrar a transformação das práticas sócio-espaciais dos sujeitos, alterando as formas organizativas e comprometendo a própria totalidade do território camponês.

Sendo fruto das relações sócio-espaciais dos sujeitos que, ao se apropriarem do espaço, nele projetam um trabalho, adaptando as condições existentes às necessidades de uma comunidade ou sociedade (Raffestin, 2015), o território pode ser considerado como objetivação da prática social dos sujeitos em seu intercâmbio histórico com a natureza, sob a mediação fundante do trabalho. Depreendemos daí a diferença essencial entre o território camponês (*terra de trabalho*), o qual possui um valor de uso, e o território capitalista (*terra de negócio*), detentor apenas de valor de troca.

Compreendendo o homem como um ser prático e social, que tem no trabalho sua objetivação fundante que lhe garante a condição humana (Marx, 2004), consideramos que o modo de vida camponês, baseado na economia familiar, na cooperação, na coletividade e na reciprocidade pode sofrer transformações na medida em que as formas sociais do capital, a sociabilidade da mercadoria, penetram o território camponês por meio das parcerias e arrendamentos de terras. Conforme Shanin (2008), antes mesmo de se constituir enquanto classe social, o campesinato é um modo de ser, condicionado diretamente pelo modo como os sujeitos produzem materialmente sua vida social. Sendo assim, pretendemos compreender as possíveis alterações que as relações de produção capitalistas fomentam nos modos de vida dos camponeses nos territórios estudados.

Com base no que foi discutido, delineamos a hipótese de que as formas sociais do capital atuam na transformação não apenas das estruturas da posse da terra e da produção de mercadorias, via processo de despossessão/espoliação, mas, também, na alteração do próprio modo de vida dos sujeitos sociais, engendrando uma transformação de sujeitos coletivos em sujeitos de direito, com interesses subjetivos, produzindo uma lógica de atomização, individualização e fragmentação social, promovendo rupturas nas formas organizativas camponesas.

Frente ao exposto e tendo por base a hipótese apresentada, nos orientamos pela seguinte pergunta diretriz: como a inserção das relações de produção capitalistas e das formas sociais do capital estimulam processos de desintegração das formas organizativas camponesas nos assentamentos rurais no estado de São Paulo?

1.1 Objetivos da pesquisa

Diante do exposto, tem-se como objetivo geral analisar a territorialização da produção de *commodities* nos assentamentos rurais no estado de São Paulo, compreendendo como a inserção das relações de produção capitalistas e das formas sociais do capital estimulam processos de desintegração das formas organizativas camponesas.

Para se alcançar o objetivo proposto, averiguando a hipótese apresentada, se fez necessária a consecução dos seguintes objetivos específicos:

- Identificar os assentamentos com maior presença de cultivos destinados à agroindústria no estado de São Paulo;
- Analisar as principais atividades agropecuárias, agentes econômicos e políticos presentes e suas formas de organização e atuação no entorno e no interior dos assentamentos identificados para a realização da pesquisa;
- Analisar as formas de organização social dos sujeitos nos territórios, considerando formas organizativas como associações, cooperativas, sindicatos, partidos políticos, movimentos sociais, relações de cooperação e reciprocidade, dentre outras.

1.2 Estrutura da tese

Para a exposição da discussão teórica que embasa a pesquisa e dos dados e entrevistas analisados, a presente tese está estruturada em nove seções, sendo esta Introdução a primeira. As demais seções são brevemente apresentadas a seguir.

Na segunda seção, realizamos discussão acerca da constituição do capital financeiro e dos monopólios internacionais, expondo a maneira como esses atuam na transição do capitalismo concorrencial para sua etapa monopolista contemporânea. Abordamos, ainda, o modo como o atual estágio monopolista do modo de produção capitalista proporciona a base material sobre a qual se sustenta o imperialismo. Entendendo que esses processos condicionam a espoliação praticada pelo capital monopolista sobre os territórios de nosso estudo, discutimos também a desregulamentação dos mercados e como tal processo leva à consolidação do primado do capital financeiro e seus desdobramentos sobre diversas esferas da vida social, garantindo a continuidade da acumulação de capital via espoliação, sobretudo, em economias dependentes na periferia do capitalismo mundial.

Na seção 3, discutimos o Estado capitalista e sua atuação na dinâmica das lutas de classes, buscando compreender sua relação com as classes dominantes e seu papel enquanto forma política estatal necessária à acumulação do capital. Analisamos a configuração da relação centro-periferia e as determinações do desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo sobre economias dependentes, reservando a essas o lugar da superexploração do trabalho e do fornecimento mundial de *commodities* agrícolas e minerais. Considerando o objeto de nosso estudo, nessa dinâmica desigual e contraditória buscamos analisar como a acumulação de capital na atualidade necessita do intercâmbio com formas não capitalistas de produção, reinventando no tempo e no espaço as velhas práticas predatórias da chamada acumulação "primitiva" ou "originária", que agora se apresenta como um processo contínuo de acumulação por espoliação.

A quarta seção discute o desenvolvimento do capitalismo no campo e a mundialização da agricultura brasileira sob o capitalismo monopolista, apontando como os processos de modernização conservadora e de reprimarização da economia nacional aprofundam a situação de dependência do país. Considerando-se que esse quadro geral projeta suas determinações sobre a disputa sócio-espacial que se encontra no centro de nosso estudo, discutimos também a territorialização do monopólio no setor sucroenergético no estado de São Paulo, a expansão do monopólio na agricultura e como o aumento dos preços das *commodities* tem impulsionado o avanço do capital sobre terras públicas, fazendo aumentar os números da violência no campo.

A seção 5 compreende resgate histórico da discussão acerca do lugar ocupado pelo sujeito social camponês ao longo do processo histórico. Considerando-se a importância política desse debate que muitas vezes tem sido utilizado para justificar processos de despossessão, apoiando-se no suposto desaparecimento inevitável do campesinato, procuramos tratar de sua contraditória recriação no interior do próprio movimento de desenvolvimento do capitalismo

no campo. Iniciando com os autores clássicos e desaguando nos contemporâneos, buscamos compreender como o desenvolvimento desigual do capitalismo promove os processos de recriação camponesa contraditoriamente engendrada pela necessidade contínua de acumulação de capital, subordinando formas não capitalistas de produção e sujeitando a renda da terra e o território camponês.

Na sexta seção, tratamos da metodologia utilizada na pesquisa, expondo os procedimentos metodológicos adotados, discutindo diferentes abordagens teórico-metodológicas, as categorias centrais e manifestando a adesão política e filosófica que se revela no método a orientar o presente estudo.

A seção 7 compreende a análise dos dados secundários da pesquisa. Para isso, utilizamos os dados das "Cadernetas de Campo" (levantamentos de safras) da Fundação ITESP, no intuito de compreender as alterações no padrão de uso e ocupação do solo nos assentamentos rurais ao longo dos anos, averiguando a evolução da produção agropecuária e seus efeitos sobre a diversidade produtiva e a produção de alimentos nesses espaços.

Na oitava seção, tratamos do que nos dizem os sujeitos nos territórios. Analisando as entrevistas realizadas, objetivamos compreender as transformações que se processam na organização social e no modo de vida camponês a partir das formas sociais capitalistas nos diferentes assentamentos estudados.

Por fim, a nona seção contém as considerações finais deste estudo.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando tudo o que foi tratado nas seções anteriores, procuramos, durante a pesquisa, compreender como a inserção das relações de produção capitalistas e das formas sociais do capital estimulam processos de desintegração das formas organizativas camponesas nos assentamentos rurais estudados no estado de São Paulo e como esse processo engendra a transformação dos próprios modos de vida dos sujeitos nesses territórios camponeses. Para tanto, antes mesmo de alcançar nosso objeto de estudo propriamente dito – os territórios camponeses e modos de vida dos sujeitos – foi necessário tratar do contexto sócio-histórico em que esse se encontra, compreendendo as determinações do atual estágio monopolista do modo de produção capitalista sobre os processos estudados.

Conforme discutimos, o movimento de mundialização do capital e a acirrada luta concorrencial intercapitalista estimulam os processos de concentração e centralização de capitais, possibilitando a constituição de grandes conglomerados empresariais monopolistas que, em associação com o capital financeiro, atuam por meio da subordinação da agricultura e das relações de produção no campo, na busca pela captura da renda fundiária.

Oliveira (2016) analisa que, nessa dinâmica, sob o enlace do capital financeiro, as burguesias interna e internacional se aliançam na busca por alternativas rentáveis de alocação de capitais, de modo a manter e impulsionar o movimento da acumulação. Em se tratando do desenvolvimento desse processo na agricultura, no bojo de uma economia dependente, essa dinâmica conduz à reprimarização econômica no país, com aprofundamento de seu caráter exportador de *commodities* agrícolas e minerais. Nessa processualidade, o capital monopolista, representado nas empresas do setor agroindustrial, busca se apropriar das terras públicas estaduais, projetando a lógica produtiva do agronegócio sucroalcooleiro para o interior dos territórios camponeses deste estudo.

Nos ensina Rosa Luxemburgo (1970) que, em sua constante necessidade de expansão, o capital necessita se apropriar de recursos e matérias-primas presentes em todo o globo terrestre. Contudo, esse movimento expansivo não se faz sem que o Estado, enquanto forma necessária do capitalismo (Mascaro, 2013), atue de modo a viabilizar a acumulação do capital.

Dessa forma, entendemos que o Estado capitalista, enquanto forma política do capital, mesmo atravessado por contradições e abarcando em seu interior os interesses das diferentes frações de classe, atua de modo a organizar e promover os interesses das classes dominantes, garantindo a continuidade da marcha da acumulação, sobretudo em economias periféricas, na

dinâmica do desenvolvimento geográfico desigual (Harvey, 2013) do modo de produção capitalista.

Compreendemos com Pachukanis (1988), Poulantzas (1980, 2019) e Mascaro (2013) que, tendo seus fundamentos nas relações materiais de produção e na luta de classes, o Estado capitalista se apresenta como um poder público impessoal acima de capitalistas e trabalhadores, um ente abstrato representante da vontade geral da sociedade, numa construção ideológica que dissimula a realidade da dominação burguesa. Contudo, a materialidade institucional do Estado capitalista revela sua natureza de classe e o lugar central que ocupa na realização dos interesses particulares das classes dominantes e na acumulação do capital. Em nosso estudo, essa função própria da forma política estatal pôde ser analisada na atuação da Fundação ITESP em fomentar a penetração do capital agroindustrial nos assentamentos rurais. Nessa atuação, assiste-se ao Estado apresentando-se como suposta instância neutra, representante impessoal dos interesses gerais da sociedade, defendendo a proposta de parcerias agrícolas junto às famílias assentadas como alternativa de geração de renda e desenvolvimento socioeconômico nas comunidades. No entanto, em realidade, o que se tem é a defesa dos interesses da burguesia agrária e de empresas monopolistas, e a garantia da acumulação do capital por meio da espoliação camponesa.

No bojo desse movimento, observou-se como, inicialmente, as portarias administrativas que regulamentam as parcerias agroindustriais se originam da concretude do movimento da realidade, atendendo, simultaneamente, aos interesses do capital agroindustrial e também à pressão social de uma parcela de famílias assentadas que buscavam no cultivo da cana-de-açúcar uma fonte de renda. Dessa forma, uma vez publicadas, as portarias passam a exercer também uma determinação territorial sobre os assentamentos rurais. Compreende-se como, nesse caso, a norma se apresenta como uma resposta do Estado a uma demanda concreta imposta por interesses antagônicos. Assim, observa-se como, uma vez originada de uma base material, a norma (dimensão jurídica) passa também a condicionar os processos dos quais se originou.

A fim de manter em curso a marcha da acumulação, o capital monopolista necessita se expandir geograficamente, relacionando-se (subordinando) com formas de produção não capitalistas, engendrando o processo de produção do capital a partir de relações de produção não tipicamente capitalistas, conforme analisa Martins (1981). Assim, compreende-se que o desenvolvimento do capitalismo no campo responde à essa tendência expansiva do capital.

Esse movimento espacialmente expansivo se faz, conforme Oliveira (2016), por meio dos processos de monopolização do território e territorialização do monopólio na agricultura capitalista. No primeiro caso, sem exercer o controle direto sobre a posse ou propriedade da

terra, empresas monopolistas, atuando na circulação e no processamento industrial da produção, subordinam camponeses e produtores capitalistas integrados à lógica da produção de mercadorias agropecuárias. No segundo caso, o capital controla simultaneamente a posse ou a propriedade da terra, o processo produtivo no campo e o processamento industrial da produção agropecuária. Em nossa pesquisa, o processo de monopolização do território pôde ser observado, sobretudo, nas atividades de sericicultura e bovinocultura leiteira; e o processo de territorialização do monopólio ficou evidente nos casos das parcerias de famílias assentadas com o setor sucroalcooleiro.

Conforme exposto, esse movimento do capital e seus agentes não transcorre sem que o Estado atue de modo a legitimar normativamente tais processos. Em nosso estudo, a importância da atuação estatal para a acumulação do capital fica evidenciada quando analisamos as sucessivas portarias administrativas da Fundação ITESP respaldando as parcerias agrícolas entre camponeses e empresas agroindustriais (usinas). Nessa dinâmica, observa-se a atuação do Estado na desarticulação da política agrária e fundiária paulista, subvertendo a finalidade institucional original da Fundação ITESP que, de promotora da política de assentamentos, passa a atuar como instrumento funcional ao movimento de entrega das terras públicas para mão privadas. Conforme vimos, a transferência do órgão para a SAA é expressão emblemática desse movimento, levando a um desvio de finalidade da política pública, num processo que, tendencialmente, converte assentamentos rurais de territórios de vida e produção de alimentos em espaços de acumulação de capital.

Considerando-se que esse movimento de expansão espacial do capital, que se projeta sobre os territórios camponeses, gera conflitos no campo e engendra a transformação dos modos de vida dos sujeitos, se faz necessário compreender e nos situar no debate acerca do lugar ocupado pelo campesinato ao longo do processo histórico. Nessa discussão, há que se considerar alguns pensadores e correntes teóricas que conceberam o desaparecimento do campesinato no curso do desenvolvimento do capitalismo no campo, com sua gradual incorporação às fileiras do proletariado ou transformação em produtores capitalizados (pequenos burgueses). No âmbito dessa compreensão, cabe destaque aos marxistas ortodoxos, notadamente, Kautsky (1998) e Lênin (1985).

Em que pese a importância das elaborações teóricas e da prática política de ambos os autores, sobretudo de Lênin, não nos filiamos a tal corrente teórica. Nos apoiando nas reflexões de autores como Luxemburgo (1970), Chayanov (1974), Shanin (1979, 2008), Oliveira (2001a, 2001b, 2016) e Martins (1980, 1981, 2010), compreendemos que, em seu movimento contraditório, o próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista engendra os

processos de recriação e reprodução social do campesinato, mesmo que de maneira subordinada, com sujeição da renda da terra e exploração do trabalho camponês pelo capital. O campesinato, nessa compreensão, não se apresenta como um resquício social pré-capitalista, pelo contrário, constitui-se como categoria intrínseca da própria lógica contraditória da acumulação do capital que, em sua dinâmica, necessita se relacionar e subordinar formas não capitalistas. Contudo, conforme temos visto, se a monopolização do território pode se constituir em estratégia de reprodução social subordinada do campesinato, a territorialização do monopólio do setor sucroalcooleiro nos assentamentos rurais tem levado a transformações nos modos de vida dos camponeses nesses territórios, cabendo atentar para o desenvolvimento desse movimento e seus desdobramentos para as comunidades rurais.

Baseando nossas análises na compreensão de Rosa Luxemburgo (1970) acerca da forma como se desenvolve a dinâmica da acumulação, entendemos estar em curso uma ofensiva do capital sobre as terras públicas no estado de São Paulo. Conforme analisamos, no que toca aos assentamentos rurais, esse movimento se dá, de modo mais intenso e manifesto, por meio do processo de titulação dos lotes e das parcerias entre famílias assentadas e empresas do setor sucroalcooleiro.

Considerando-se essa realidade, identificou-se que os assentamentos com maior presença da cultura da cana-de-açúcar destinada à agroindústria se encontram na Regional Norte, com destaque para os assentamentos Reage Brasil e Ibitiúva, localizados, respectivamente, nos municípios de Bebedouro (SP) e Pitangueiras (SP). A análise do uso e ocupação do solo nos assentamentos e seus entornos permitiu observar o cerco promovido pelo setor sucroalcooleiro aos territórios camponeses, com a monocultura da cana-de-açúcar se expandindo sobre áreas anteriormente ocupadas por outras atividades agropecuárias, com destaque ao movimento de substituição das áreas de pastagens. Nesse movimento homogeneizante da monocultura canavieira, os números referentes ao EDR de Barretos (SP) e aos municípios de Bebedouro (SP) e Pitangueiras (SP) chamam atenção devido ao alto nível de ocupação do solo pela cultura da cana-de-açúcar. Nesse contexto regional, cabe destaque ao município de Pitangueiras (SP), que na safra 2016/2017 apresentava 93,83% de seu solo agrícola coberto pela cultura, numa ocupação que representa a quase total monopolização das terras agricultáveis do município, em agressivo movimento de homogeneização territorial e da paisagem que se expressa diretamente na redução da diversidade produtiva, na expansão do assalariamento e na despovoação do campo. Frente a tal realidade, entendemos que a penetração do agronegócio nos assentamentos nesses municípios encontra-se diretamente condicionada à

expansão espacial e ao poderio político e econômico do setor sucroalcooleiro na região, numa lógica que se reflete, inclusive, na relação entre empresas e Estado.

Conforme tratamos, ao se analisar a espacialização das unidades agroindustriais pelo estado, nota-se a concentração territorial do setor sucroalcooleiro na Regional Norte, com destaque para o município de Pitangueiras (SP) abrigando três usinas em seu território. Essa concentração territorial – que decorre, em grande medida, das condições edafoclimáticas favoráveis à atividade – faz com que a corrida pela captura da renda fundiária na região se projete também como disputa pelas terras dos assentamentos rurais. Já no que se refere ao Pontal do Paranapanema, embora a região tenha assistido a uma expansão do cultivo de cana-de-açúcar nos últimos anos, esse movimento ainda não se traduz numa concentração territorial de usinas tão intensa quanto o observado na Regional Norte, o que reflete na menor disputa por terras pelas empresas do setor. Ademais, convém levar em consideração que o alto preço das terras e dos arrendamentos agrícolas nas regiões administrativas de Ribeirão Preto (SP) e Barretos (SP) também exerce influência na disputa pelo controle das terras.

No entanto, nota-se que a espacialização da monocultura da cana-de-açúcar nos diferentes EDR's e municípios ainda não se projeta significativamente para o interior da maioria dos assentamentos estudados, à exceção dos dois casos citados anteriormente. Tomando por base os oito assentamentos abordados, constatou-se que, de modo geral, os assentamentos apresentam maior diversidade produtiva quando comparados a seus entornos municipais ou mesmo dos EDR's. Mesmo a análise dos assentamentos com maior introdução do monocultivo canavieiro revela que esses territórios ainda se constituem como espaços de resistência da policultura e da produção de alimentos em meio à hegemonia do setor sucroalcooleiro e à paisagem homogeneizada pela monocultura.

Quando voltamos nosso olhar para a comparação entre os assentamentos localizados na Regional Norte e no Pontal do Paranapanema, no que se refere aos índices de diversidade produtiva, não é notada diferença significativa entre assentamentos com expressiva ocupação do solo pela cultura da cana-de-açúcar voltada para o abastecimento da agroindústria sucroalcooleira e assentamentos sem essa presença pronunciada. Observa-se que, onde o cultivo canavieiro destinado à agroindústria não se faz presente, sobretudo nos assentamentos localizados no Pontal do Paranapanema, as áreas cobertas por pastagens ocupam a maior parte das terras, contribuindo para a redução dos índices de diversidade produtiva.

Todavia, os números camuflam as relações sociais e de produção que dão sustentação à produção agropecuária. Assim, os números escondem que embora a presença de culturas como milho, amendoim e sorgo possa contribuir para aumentar os índices de diversidade produtiva,

frequentemente, essas são utilizadas como cultura intercalar à cana-de-açúcar e/ou cultivadas em relação de arrendamento com empresas e produtores rurais capitalizados do entorno. Dessa forma, embora a presença dessas culturas na Regional Norte possa contribuir para aumentar os índices de diversidade produtiva dos assentamentos nos quais estão implantadas, os números ocultam as relações sociais e de produção envolvidas nas atividades. As relações e práticas que estruturam a produção dessas culturas podem, assim como ocorre com o caso da cana-de-açúcar, engendrar processos de atomização dos sujeitos e fragmentação social da comunidade, com alienação e estranhamento do sujeito em relação ao território. Os mesmos índices de diversidade produtiva que ocultam arrendamentos na Regional Norte, escondem também o trabalho familiar envolvido na produção leiteira no Pontal do Paranapanema. Observa-se, portanto, que os números omitem as práticas materiais dos sujeitos, não revelam as relações de produção que movem as atividades agropecuários nos assentamentos. Desse modo, índices semelhantes de diversidade produtiva podem esconder a alienação e fragmentação social em curso num assentamento e o trabalho familiar, a cooperação e a reciprocidade estruturando o território camponês em outro.

A análise dos dados secundários revela também que, embora se possa visualizar alguma oscilação entre as safras, de modo geral, uma vez adotadas as relações de parcerias e arrendamentos, e implantado o cultivo da cana-de-açúcar, a área apropriada pelo capital sucroalcooleiro nos assentamentos permanece sob seu domínio, dificilmente retornando ao controle e determinação da família camponesa. Configura-se a alienação de uma fração do território camponês ao capital. Indo ao encontro do que nos dizem alguns dos entrevistados, essa situação expressa a dependência que se engendra da família camponesa em relação ao setor sucroalcooleiro, uma dependência que não se configura apenas na dimensão econômica, mas, também, nas próprias práticas materiais dos sujeitos, no modo como produzem e reproduzem sua vida cotidiana, com a perda gradual de um *saber-fazer* historicamente acumulado.

Diante da necessidade de ir além do que os números permitiram apreender, foram ouvidos os sujeitos nos territórios. Tomando por base as dimensões analisadas (produção agropecuária, cooperação e relações de reciprocidade), quando confrontamos o que nos dizem os sujeitos nos diferentes assentamentos, fica evidenciado que nos assentamentos com maior presença da cana-de-açúcar e influência do setor sucroalcooleiro – Reage Brasil e Ibitiúva, ambos na Regional Norte –, o trabalho (familiar/coletivo/camponês) cede lugar às parcerias e arrendamentos, a cooperação se enfraquece e a reciprocidade, pouco a pouco, perde espaço para a troca mercantil. Conforme tratamos, não consideramos que a organização social e os modos de vida nos demais assentamentos estejam imunes às modificações engendradas pelas formas

sociais capitalistas, apenas pudemos observar que as transformações transcorrem de modo consideravelmente mais intenso e deletério nos assentamentos sob forte determinação do capital agroindustrial atuando por meio da territorialização do monopólio (Oliveira, 2016) via parcerias e arrendamentos. Em nossa compreensão, essa territorialização do monopólio sucroalcooleiro tem conduzido à alienação do trabalho e do território e, no limite, pode levar à desterritorialização do sujeito camponês.

Assim, a partir das transformações observadas nas categorias analisadas (perda do trabalho familiar autônomo com as parcerias e arrendamentos na dimensão da produção agropecuária; enfraquecimento da cooperação e do associativismo; e esgarçamento das relações de reciprocidade), constata-se as transformações no modo de vida camponês nos assentamentos onde a cultura da cana-de-açúcar e a penetração das formas sociais do capital se deram de modo mais intenso. Se entendemos os modos de vida e o território erigidos a partir das práticas materiais, sob mediação fundante do trabalho, o comprometimento dessas práticas engendra a transformação também no modo de vida e no território camponês. De sujeitos coletivos, os camponeses passam a sofrer um processo de individualização, de atomização e fragmentação social. Nesse sentido, nossa análise vai ao encontro do que foi observado por Ferrante, Barone e Duval (2008) que, em estudo sobre as parcerias entre famílias assentadas e usinas em assentamentos rurais na região de Araraquara (SP), também na Regional Norte, constataram a gradual perda de autonomia das famílias e a fragmentação interna às comunidades, que nem sempre apresentavam consenso sobre como deveria se dar a relação com as empresas.

Contudo, se esse movimento já era identificado pelos autores na primeira década do século XXI, conforme temos tratado, o que se observa em nosso estudo é uma renovação da ofensa do capital sobre os territórios camponeses, acelerando os movimentos tendenciais em curso. No cerne dessa ofensiva, tem-se o papel ativo do Estado no incentivo à adoção das parcerias agroindustriais, organizando "dias de campo" para a difusão da proposta nas diferentes regionais do estado.

Sendo o trabalho categoria fundante na estruturação dos modos de vida e na objetivação do território camponês, com a alienação ou mesmo a supressão do trabalho engendradas pelas relações de parcerias e arrendamentos, o modo de vida também se transforma e o próprio território passa a sofrer um processo de alienação, tornando-se estranhado ao sujeito camponês. Nesse movimento, o sujeito deixa de se reconhecer socialmente enquanto camponês, seu território e sua identidade coletiva passam a lhe ser estranhos.

Marx e Engels (2007) nos auxiliam nesse entendimento quando apontam que o modo como os homens produzem seus meios de vida não deve ser considerado como mera reprodução

da existência física dos indivíduos, mas como uma forma determinada de exteriorizar sua vida que mostra o que eles efetivamente são, que revela seu *modo de vida*. O que os indivíduos são é determinado, portanto, pelas condições materiais de sua produção, pelo *que* produzem e pelo *modo como* produzem.

Dessa forma, compreendemos também que as mutações de ordem material ensejam transformações no plano imaterial, nas consciências dos sujeitos. Sendo as práticas materiais a sustentar os modos de vida, se elas se transformam, os modos de vida se transformam. Se deixa de haver o trabalho camponês, as práticas materiais mediadas pelo trabalho se transformam (ou deixam de existir) e, por consequência, transformam-se os modos de vida. A transformação das práticas materiais, da produção da vida material, terá rebatimentos também nos produtos da consciência, nas subjetividades, nas representações comuns. A identidade e a territorialidade camponesa ficam fragilizadas, esmaecem.

Com base nas análises empreendidas, a apreensão dos processos em curso nos territórios camponeses de nosso estudo corrobora a hipótese de que as formas sociais do capital atuam na transformação não apenas das estruturas da posse da terra e da produção de mercadorias, via processo de despossessão/espoliação, mas, também, na alteração do próprio modo de vida dos sujeitos sociais, engendrando uma transformação de sujeitos coletivos em sujeitos de direito, com interesses subjetivos, produzindo uma lógica de atomização, individualização e fragmentação social, promovendo rupturas nas formas organizativas camponesas.

Se as formas sociais do capital já vêm, de muito tempo, transformando os modos de vida no campo, a introdução do monocultivo, das parcerias e dos arrendamentos nos assentamentos rurais, sob forte incentivo estatal, acelera esse processo nos assentamentos estudados, notadamente, Reage Brasil e Ibitiúva. Observa-se, então, que o capital agroindustrial, mesmo em situações em que não provoque a direta desterritorialização camponesa, atua de modo a inviabilizar a reforma agrária; seja no que toca à busca por deslegitimar ou mesmo impossibilitar normativamente os processos de arrecadação de novas áreas (devolutas), seja fragilizando a organização social coletiva das comunidades camponesas já assentadas, engendrando processos de alienação no território camponês.

Nesse movimento, o capital monopolista atua de modo a garantir a acumulação dentro do próprio território paulista, utilizando terras devolutas e assentamentos rurais como se fronteiras agrícolas internas fossem, áreas anteriormente não diretamente exploradas ou apropriadas por esse capital e que, mediante a atuação estatal enquanto forma política do capital, passam a compreender processos de despossessão e esbulho, servindo à acumulação de capital por meio da espoliação, como trazem Luxemburgo (1970) e Harvey (2014).

Esse voraz movimento de espoliação engendra não apenas a despossessão direta dos sujeitos camponeses, mas também a desintegração de suas formas organizativas, num processo que leva ao comprometimento da totalidade do território camponês, alterando as formas de produção e reprodução da vida social, de manifestação dos modos de vida, dos modos de ser enquanto camponeses, diretamente condicionados pelas práticas sócio-espaciais.

Compreendemos, dessa forma, que, na despossessão, o capital atua, a partir da forma-valor, na transformação dos sujeitos sociais coletivos, individualizando-os, haja vista que, nas sociedades de acumulação do capital, as interações entre os indivíduos passam a não mais se dar nas relações de proximidade, cooperação e coesão social, numa sociabilidade coletiva, dependente da vontade ou da consciência dos indivíduos, mas, sim, ao redor de formas sociais como valor, mercadoria e subjetividade jurídica. Tudo e todos são envolvidos num processo de trocas, reduzidos a mercadorias.

Tal processo de atomização atua minando as potencialidades de constituição dos camponeses enquanto classe social consciente de sua condição sócio-histórica (classe "para si"), debilitando diretamente as lutas sócio-espaciais campesinas e os territórios já consolidados, transformando-os, de espaços de realização de vida plena e das potencialidades criativas dos sujeitos, em espaços de acumulação de capital. A *terra de trabalho*, paulatinamente, se converte em *terra de negócio*.

Entendemos que a reprodução social camponesa e a manutenção dos modos de vida baseados no trabalho coletivo e nas relações de proximidade, reciprocidade e solidariedade, estão diretamente relacionados à luta social pela permanência e conquista de novos territórios, à constituição do campesinato enquanto classe "para si", em defesa de seus interesses (e, por conseguinte, de toda a classe trabalhadora) e em oposição ao capital e à espoliação. Assim, a resistência e permanência dos territórios camponeses diante da sanha expansiva da acumulação do capital está diretamente associada à construção de uma ampla reforma agrária popular, num movimento que coloque o cuidado com a coletividade humana e com o meio ambiente no centro do debate e da prática política nacional.

Concordando com o caminho apontado por diversos movimentos sociais do campo, em especial o MST, entendemos que, frente à crise estrutural do capital que se aprofunda e intensifica os efeitos da emergência climática neste início de século, o esforço de resistência e preservação dos modos de vida baseados na coletividade do trabalho deve passar pela construção de formas de enfrentamento social organizadas a partir dos territórios camponeses e que sejam capazes de dar resposta às múltiplas crises que se concatenam. Nessa perspectiva, diante da urgência histórica que se apresenta, aliar a produção de alimentos saudáveis e a

preservação ambiental ao reforço das práticas camponesas pode se apresentar como um caminho para a superação da alienação e do estranhamento do trabalho e do território que observamos. Tal proposta recoloca o trabalho no lugar central de objetivação fundante, capaz de transformar e refundar os modos de vida baseados na coletividade, na cooperação, na solidariedade, na reciprocidade, no respeito à natureza (interna e externa) e aos bens comuns, reestruturando uma relação metabólica entre os sujeitos e o território camponês.

Concluindo, nosso estudo não tem a pretensão de alcançar um entendimento geral passível de universalização. As análises empreendidas, bem como os resultados alcançados, refletem as realidades encontradas nos territórios visitados e o conteúdo das falas dos sujeitos entrevistados, cabendo sempre o cuidado em se evitar generalizações. Dessa forma, os processos que buscamos compreender e as constatações a que chegamos se aplicam aos territórios estudados. Se processos semelhantes têm se desenvolvido da mesma forma em outros territórios, apenas a análise concreta e cuidadosa dessas realidades diversas poderá dizer. Apenas procuramos, com essa pesquisa e suas limitações, prestar alguma contribuição ao entendimento e transformação de uma realidade complexa, contraditória e conflitiva com a qual nos defrontamos e nos encontramos no dever de criticar. Da mesma forma, mesmo compreendendo haver transformações em curso nos modos de vida dos sujeitos nos assentamentos estudados, sobretudo naqueles sob forte determinação do capital agroindustrial, não ousamos fazer qualquer exercício de projeção a respeito do futuro desses territórios, a realidade do processo sócio-histórico é mais complexa e contraditória do que nossa capacidade de compreensão por meio deste estudo permite alcançar. Assim, a atualidade da ofensiva do capital e dos processos de acumulação em curso, com a pilhagem das terras públicas e dos territórios camponeses, impõe a necessidade de novas pesquisas que possam apreender o desenvolver dos processos no tempo e no espaço. Aludindo Gramsci (1977), mesmo diante da realidade extremamente complexa e desafiadora dos territórios estudados, seguimos com o *pessimismo da razão e o otimismo da vontade*, no esforço coletivo para que o vento da luta de classes sopre em favor da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANDERY, M. A. P. A.; SÉRIO, T. M. A. P. A prática, a história e a construção do conhecimento: Karl Marx (1818 – 1883). In: ANDERY, M. A. P. A. et al. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2014. Cap. 22. p. 393 – 419.

ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

ARCHETTI, E. P. Presentación. In: CHAYANOV**,** A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

BACCARIN, J. G.; GEBARA, J. J.; FACTORE, C. O. Concentração e integração vertical do setor sucroalcooleiro no centro-sul do Brasil, entre 2000 e 2007. **Informações Econômicas**, Jaboticabal, v.39, n.3, p. 1- 12, mar. 2009. Disponível em: https://www.fcav.unesp.br/Home/departamentos/economiarural/concentracao-e-integracao-sucroalcooleira.pdf. Acesso em: 14 maio 2024.

BACCARIN, J. G.; OLIVEIRA, J. A.; MARDEGAN, G. E. Monocultura e concentração da terra: efeitos da expansão da cana-de-açúcar na estrutura fundiária do Estado de São Paulo, Brasil. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 23, n. 55, pp. 38-62, set. 2020. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6958/5797. Acesso em: 15 maio 2024.

BAMBIRRA, V. **O capitalismo dependente latino-americano**. 2. ed. Florianópolis: Editora Insular, 2013.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2016.

BELLENTANI, N. F. **A territorialização dos monopólios no setor sucroenergético**. 2015. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

BELLUZZO, L. G. Prefácio. In: CHESNAIS, F. (Org.). **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências**. São Paulo: Boitempo, 2005.

BOECHAT, C. A.; PITTA, F. T.; TOLEDO, C. A. A fronteira agrícola no Brasil hoje e os limites do ajuste espacial: o capital fictício condicionando a produção do espaço no MATOPIBA. *In*: 6th International Conference of the BRICS Initiative for Critical Agrarian Studies, 6., 2018, Brasília. **Anais** [...]. Brasília: UNB, 2018. p. 1 – 30. Disponível em: https://conferencias.unb.br/index.php/bicas/bicas/paper/viewFile/12712/2311 . Acesso em: 04 nov. 2019.

BOITO JR., A. **O papel da burguesia no golpe de 2016.** Disponível em: https://aterraeredonda.com.br/o-papel-da-burguesia-no-golpe-de-2016/ . Acesso em: 08 out. 2024.

BORELLI FILHO, D.; SOUZA, J. G.; FERRANTE, V. L. S. B. O sistema produtivo do assentamento Córrego Rico, Jaboticabal – SP: diversificação produtiva em território do agronegócio. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 14, n. 1, p. 243-264, 2011. Disponível em: https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/86. Acesso em: 12 jul. 2022.

BORGES, A. C. G.; COSTA, V. M. H. M. Distribuição dos desembolsos do BNDES no setor sucroenergético no Brasil. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, v. 9, n.2, p. 73-88, jul./dez. 2011. Disponível em: https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/view/6368/4861. Acesso em: 15 maio 2024.

BORGES, A. C. G.; COSTA, V. M. H. M. Fusões e aquisições no setor sucroalcooleiro pós desregulamentação. In: XXIX Encontro Nacional de Engenharia de Produção, 2009, Salvador. **Anais [...]** Salvador: ABEPRO, 2009. p. 1 – 14. Disponível em: https://abepro.org.br/biblioteca/enegep2009_TN_STO_097_657_13658.pdf. Acesso em: 09 maio 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 09 maio 2025.

BRASIL. Censo Agro 2017: população ocupada nos estabelecimentos agropecuários cai 8,8%. **Agência IBGE notícias**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25789-censo-agro-2017-populacao-ocupada-nos-estabelecimentos-agropecuarios-cai-8-8#:~:text=O%20Censo%20Agro%202017%20contou,%C3%A1rea%20em%20todas%20as%20regi%C3%B5es . Acesso em: 16 abr. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009**. Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal; altera as Leis nos 8.666, de 21 de junho de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências. Brasília, DF, 25 jun. de 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11952.htm . Acesso em: 26 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017**. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União... Brasília, DF, 06 set. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13465.htm#art4 . Acesso em: 26 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae. Acesso em: 17 dez. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Programa de Aquisição de Alimentos**. [2023?]. Disponível em: https: www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/acesso-a-alimentos-e-a-agua/programa-de-aquisicao-de-alimentos. Acesso em: 17 dez. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Presidente Lula relança PAA como peça-chave para combater a fome e a desnutrição no país.** 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/presidente-lula-relanca-paa-como-peca-chave-para-combater-a-fome-e-a-desnutricao-no-pais. Acesso em: 17 dez. 2024.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Reforma agrária e formalização do acesso à terra**. 2021. Disponível em: https://www.mpf.mp.br/pfdc/midiateca/nossas-publicacoes/guia-reforma-agraria . Acesso em: 06 fev. 2025.

CAMARGO, R. A. L.; BOCCA, M. F.; ALMEIDA, O. L.; PINOTTI, L. R. R.; MICHELETTO, A. P. Plantar prá que? Os efeitos do esvaziamento do PAA no assentamento Córrego Rico – SP. **Revista Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 23, n. 1, p. 143-180. 2020. Disponível em: https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/387/340. Acesso em: 10 jan. 2025.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 11 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2010.

CATI. Projeto Microbacias II: acesso ao mercado. **Revista Casa da Agricultura**, São Paulo, nº 2, 2013. Disponível em: https://www.cati.sp.gov.br/revistacasadaagricultura/14/RevistaCA_MicrobaciasII_Ano16_n2.pdf. Acesso em: 18 dez. 2024.

CHAYANOV**,** A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

CHAYANOV**,** A. V. Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: CARVALHO, H. M. (Org.). **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, F. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, F. (Org.). **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências**. São Paulo: Boitempo, 2005.

CONAB. **Ajustes na área de milho e soja resultam em uma produção de 295,45 milhões de toneladas na safra 2023/2024**. 2023. Disponível em: https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/5531-ajustes-na-area-de-milho-e-soja-resultam-em-uma-producao-de-295-45-

milhoes-de-toneladas-na-safra-2023-2024#:~:text=Com%20a%20atualiza%C3%A7%C3%A3o%20realizada%2C%20%C3%A1rea,ao%20semeado%20na%20safra%20passada. Acesso em: 02 maio 2024.

CONAB. **Produção de cana-de-açúcar na safra 2023/24 chega a 713,2 milhões de toneladas, a maior da série histórica**. 2024. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fwww.conab.gov.br%2Fultimas-noticias%2F5489-producao-de-cana-de-acucar-na-safra-2023-24-chega-a-713-2-milhoes-de-toneladas-a-maior-da-serie-historica&psig=AOvVaw2iKHoZdSQmNpuSosba2WUs&ust=1746145519363000&source=images&cd=vfe&opi=89978449&ved=0CAYQrpoMahcKEwiws9KMgYGNAxUAAAAAHQAAAAAQBA . Acesso em: 3 fev. 2025.

CUEVA, A. A concepção marxista de classes sociais. **Revista Mediações**, Londrina, v. 2, n. 2, p. 69-79, jul./dez. 1997. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9358/8076. Acesso em: 2 ago. 2025.

DELGADO, G. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, Luciana. **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: Ipea, 2005.p.51-90. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/126539/mod_resource/content/2/Guilherme%20%20Delgado%20Quest%C3%A3o%20Agr%C3%A1ria.pdf . Acesso em: 27 abr. 2024.

DELGADO, G. C. **Do "capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio"**: mudanças cíclicas em meio século (1965 - 2012). Porto Alegre: UFRGS, 2012.

DELGADO, G. C. Questão agrária e capital financeiro na agricultura brasileira. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 4, n. 42, p. 286-305, 2020. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7765/5872. Acesso em: 17 jul. 2024.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. O neoliberalismo sob a hegemonia norte-americana. In: CHESNAIS, F. (Org.). **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências**. São Paulo: Boitempo, 2005.

DUVAL, H.C.; FERRANTE, V.L.S.B.; GEMERO, C.G.; LOPES, A.W.P. Integração agroindustrial e as amarras do plantio de cana em assentamentos rurais: velhos e novos dilemas. In: CARMARGO, R.A.L de; BORSATTO, R.S.; SOUZAESQUERDO, V.F. de. (Orgs.). **Agricultura Familiar e Políticas Públicas no Estado de São Paulo**. 1ed.São Carlos: EdUFSCar, 2022, v. 1, p. 103-138.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

ENGELS, F.; KAUTSKY, K. **O socialismo jurídico**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2012.

FAGUNDES, F. N. **Elementos territoriais estratégicos à aquisição de cana-de-açúcar por usinas sucroalcooleiras do estado de São Paulo.** 2022. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2022.

Disponível em: https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/65de3a98-3bd5-450d-8823-031019adad50/content. Acesso em: 11 jun. 2024.

FARIAS, F. P. Frações burguesas e bloco no poder: uma reflexão a partir do trabalho de Nicos Poulantzas. **Crítica Marxista**, Campinas, n.28, p. 81 – 98, 2009. Disponível em: https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cma/article/view/19422. Acesso em: 07 out. 2024.

FELICIANO, C. A. **Território em disputa**: terras (re)tomadas no Pontal do Paranapanema. 2009. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-03022010160739/publico/CARLOS_ALBERTO_FELICIANO.pdf . Acesso em: 12 jul. 2025.

FELICIANO, C. A. Um novo golpe contra a reforma agrária no Pontal do Paranapanema? **Boletim Dataluta**, Presidente Prudente, p. 1 – 10, maio 2019. Disponível em: https://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_5_2019.pdf. Acesso em: 9 mar. 2025.

FELICIANO, C. A. Violência, desmatamento e luta pela retomada das terras griladas no Pontal do Paranapanema: da destruição dos territórios indígenas à construção de uma região em disputa de classes. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, vol. 19, n.3, p. 4 – 75, 2018. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/6155/pdf. Acesso em: 9 mar. 2025.

FERNANDES, B. M. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro**: formação e territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem terra - MST (1979 –1999). 1999. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo. 1999. Disponível em: https://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/BERNARDO%20MANCANO%20FERNANDES/tese_bmfernandes.pdf . Acesso em: 17 mar. 2024.

FERNANDES, B. M. **Espacialização e territorialização da luta pela terra:** a formação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra no estado de São Paulo. 1994. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo. 1999. Disponível em: file:///C:/Users/User/Desktop/1994_BernardoMancanoFernandes_Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 10 mar. 2025.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

FERRANTE, V. L. S. B.; BARONE, L. A. “Parcerias” com a cana-de-açúcar: tensões e contradições no desenvolvimento das experiências de assentamentos rurais em São Paulo. **Sociologias**, Porto Alegre, p. 262-305, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/soc/a/Vv8gMGMsBF6yR7SzpMjVcJq/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 15 jan. 2025.

FERRANTE, V. L. S. B.; BARONE, L. A.; DUVAL, H. C. O preço amargo das parcerias dos assentamentos com as usinas. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n. 11, p. 21-44, jan. 2008. Disponível em: https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/14/12. Acesso em: 15 jan. 2025.

FLEXOR, G.; SAUER, S. Mercado de terra, commodities boom e land-grabbing no Brasil. In: MALUF, R. S.; FLEXOR, G. (Org). **Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas**. 1. ed. Rio de Janeiro: E-Papers, 2017. Cap. 3. p. 20 – 38.

FUNDAÇÃO ITESP. **Fundação ITESP:** sua história e realizações, a evolução das políticas agrária e fundiária no estado de São Paulo. São Paulo: ITESP, 2013.

FUNDAÇÃO ITESP. **Portaria ITESP nº 25, de 24 de maio de 2022.** Altera a Portaria ITESP nº 77, de 27 de julho de 2004, que disciplina o plantio de culturas para fins de processamento industrial nos assentamentos estaduais. São Paulo: Fundação ITESP, 2022. Disponível em: https://diariooficial.imprensaoficial.com.br/doflash/prototipo/2022/Mar%C3%A7o/30/exec1/pdf/pg_0014.pdf. Acesso em: 06 jan. 2025.

FUNDAÇÃO ITESP. **Portaria ITESP nº 26, de 07 de março de 2023.** Dispõe sobre a autorização para realização de parcerias rurais entre agricultores familiares assentados e produtores rurais tradicionais. São Paulo: Fundação ITESP, 2023. Disponível em: https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f2023%2fexecutivo%2520secao%2520i%2fmarco%2f09%2fpag_0019_8d5ea8eaa9d13471c14b1d0c753cf0c5.pdf&pagina=19&data=09/03/2023&caderno=Executivo%20I&paginaordenacao=100019. Acesso em: 06 jan. 2025.

FUNDAÇÃO ITESP. **Portaria ITESP nº 53, de 04 de maio de 2023.** São Paulo: Fundação ITESP, 2023. Disponível em: https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2F2023%2Fexecutivo+secao+i%2Fmaio%2F05%2Fpag_0029_2282da6fd1d2f151c75d9bfa45ae29f4.pdf&pagina=29&data=05/05/2023&caderno=Executivo%20I&paginaordenacao=100029 . Acesso em: 06 jan. 2025.

FUNDAÇÃO ITESP. **Portaria ITESP nº 75, de 2002**. São Paulo: Fundação ITESP, 2002. Disponível em: https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f2002%2fexecutivo%2520secao%2520i%2foutubro%2f25%2fpag_0006_74KOKJU0SVJBSe8FDP2POUF80C1.pdf&pagina=6&data=25/10/2002&caderno=Executivo%20I&paginaordenacao=100006. Acesso em: 06 jan. 2025.

FUNDAÇÃO ITESP. **Portaria ITESP nº 77, de 2004**. São Paulo: Fundação ITESP, 2004. Disponível em: https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f2004%2fexecutivo%2520secao%2520i%2fjulho%2f29%2fPag_0006_C9OJS3GV8ANK6e1IP3HOPOKG3NA.pdf&pagina=6&data=29/07/2004&caderno=Executivo%20I&paginaordenacao=100006. Acesso em: 06 jan. 2025.

FUNDAÇÃO ITESP. **Portaria ITESP nº 78, de 2024**. Dispõe sobre a autorização para realização de parcerias rurais entre agricultores familiares assentados e produtores rurais

tradicionais. São Paulo: Fundação ITESP, 2024. Disponível em: https://doe.sp.gov.br/executivo/secretaria-de-agricultura-e-abastecimento/portaria-itesp-n-78-2024-202408211114421452890 7. Acesso em: 06 jan. 2025.

FUNDAÇÃO ITESP. **Terra e cidadãos:** aspectos da ação de regularização fundiária no estado de São Paulo. São Paulo: Páginas e letras, 2000.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar:** como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GRAMSCI, A. **Escritos Políticos**. Lisboa: Seara Nova, v. 2, 1977.

GUIMARÃES, A. P. **A crise agrária**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GUZMÁN, E. S.; MOLINA, M. G. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

HARVEY, D. **Os limites do capital**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

HERNÁNDEZ, D. G.; ALMEIDA, R. A. Revisitando la agroecología: entrevista a Eduardo Sevilla Guzmán. **Revista NERA**, Presidente Prudente, n. 27, p. 280-295, jan-jun. 2015.

HILFERDING, R. **O capital financeiro.** São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HIRSCH, J. Forma política, instituições políticas e Estado – I. **Crítica Marxista**, São Paulo: Ed. Revan, v.1, n.24, p.9-36, 2007. Disponível em: https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cma/article/view/19508/14005. Acesso em: 16 jan. 2022.

HIRSCH, J. Forma política, instituições políticas e Estado – II. **Crítica Marxista**, São Paulo: Ed. Revan, v.1, n.25, p.47-73, 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/383288356_Forma_politica_instituicoes_politicas_e_Estado_-_II. Acesso em: 16 jan. 2022.

IPEA. **Compras públicas aumentam a renda de agricultores familiares em até 106%**. 2025. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/15569-compras-publicas-aumentam-a-renda-de-agricultores-familiares-em-ate-106. Acesso em: 14 fev. 2025.

KAUTSKY, K**. A questão Agrária.** Brasília: Linha Gráfica Editora, 1998.

LEITE, J. F. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. 1981. 258 f. Tese (Livre-Docência em Geografia Regional). Instituto de Planejamento e Estudos Ambientais, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 1981.

LEITE, L. M. Sobre as teorias do imperialismo contemporâneo: uma leitura crítica. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 2 (51), p. 507-534, ago. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ecos/a/RPsTwxK7YcMN3XR3Dcq8Vyh/?format=pdf&lang=pt . Acesso em: 09 maio 2020.

LÊNIN, V. I. **A que herança renunciamos?** Lisboa: Edições Avante! 1977. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/lenin/1897/heranca/index.htm. Acesso em: 15 set. 2023.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo a Rússia.** São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LÊNIN, V. I. **O imperialismo, etapa superior do capitalismo.** Campinas: FE/UNICAMP, 2011.

LESSA, S. "Centralidade ontológica" do trabalho e "centralidade política" proletária. **Lutas sociais**, São Paulo, n. 13/14, p. 106-121, 2005. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18672/13865. Acesso em: 12 set. 2024.

LESSA, S.; TONET, I. **Introdução à filosofia de Marx**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. v. 1. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. v. 2. São Paulo: Boitempo, 2013.

LUXEMBURGO, R. **A acumulação do capital:** estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

MAES, J.; ALMEIDA, L. Folha percorre quase 3.000 km no coração do cerrado em série sobre desmatamento. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 abr. 2024. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2024/04/folha-percorre-quase-3000-km-no-coracao-do-cerrado-em-serie-sobre-desmatamento.shtml. Acesso em: 05 maio 2024.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Org.) **Ruy Mauro Marini:** dialética da dependência e outros escritos. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e revolução.** 4. ed. Florianópolis: Editora Insular, 2013.

MARTINS, J. S. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

MARTINS, J. S. **O cativeiro da terra**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. São Paulo: Vozes, 1981.

MARTUSCELLI, D. E. Burguesia interna e capitalismo dependente: uma reflexão a partir dos casos argentino e brasileiro. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 47, p. 55 – 73, 2018. Disponível

em: https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cma/article/view/19034. Acesso em: 17 out. 2024.

MARTUSCELLI, D. E. Poulantzas e o conceito de 'burguesia interna'. **Demarcaciones - Revista latinoamericana de estudios althusserianos,** v. 1, p. 118-129, 2014. Disponível em: https://ficciondelarazon.org/2014/12/11/revista-demarcaciones-n-2-especial-nicos-poulantzas/ . Acesso em: 09 maio 2020.

MARX, K. A correspondência Marx/Zasulich: cartas e rascunhos. In: SHANIN, T. (Org.). **Marx tardio e a via russa:** Marx e as periferias do capitalismo. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

MARX, K. **A Miséria da filosofia.** São Paulo: Global, 1985.

MARX, K. A nacionalização da terra. **Práxis Comunal**, Lisboa, v. 1, n. 1, p. 190-193, jan-dez. 2018.

MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. Introdução [à Crítica da Economia Política]. In: NETTO, José Paulo (org.). **O leitor de Marx**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, K. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. v. 2. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. v. 3. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto Comunista.** São Paulo: Boitempo, 1998.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MASCARO, A. L. **Estado e forma política.** São Paulo: Boitempo, 2013.

MOREIRA, A. Boom do etanol de milho no Brasil pode representar menos áreas de produção de alimentos e mais desmatamento no Cerrado. **O joio e o trigo**. 24 jul. 2023. Disponível em: https://ojoioeotrigo.com.br/2023/07/etanol-milho-boom/. Acesso em: 05 jul. 2024.

NAVES, M. B. Prefácio. *In*: ENGELS, F.; KAUTSKY, K. **O socialismo jurídico**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2012.

NETTO, J. P. Apresentação. In: LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo a Rússia.** São Paulo: Nova Cultural, 1985.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política**: uma introdução crítica. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2001a.
OLIVEIRA, A. U. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. *In*: CARLOS, A. F. A. (Org.) **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 63-109.

OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185 – 206, 2001b. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9831/11403 . Acesso em: 01 mar. 2024.

OLIVEIRA, A. U. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: FFLCH, 2016.

OLIVEIRA, A. U. Agricultura e indústria no brasil. **Campo-Território:** revista de geografia agrária, Uberlândia, v.5, n.10, p. 5-64, 2010.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

PACHUKANIS, E. **Teoria geral do direito e marxismo**. São Paulo: Editora Acadêmica, 1988.

PACKER, L. A. Regularização fundiária e ambiental de mercado para um cerceamento financeiro das terras e bens comuns no sul global. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. **Conflitos no Campo Brasil 2020**. Goiânia: CPT Nacional, 2021.

PAULANI, L. M. **Renda e rentismo**: hoje e nos tempos de Ricardo e Marx. In: VII Jornadas sobre Historia del Pensamiento Económico, 2011, Zaragoza. VII Jornadas sobre Historia del Pensamiento Económico, 2011. Disponível em: https://aihpezaragoza2011.files.wordpress.com/2011/11/leda-maria-paulani.pdf. Acesso em: 08 maio 2019.

PAULINO, E. T. A questão agrária e o campesinato: um retorno aos clássicos. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 1, n. 19-20, p. 5-25, 1997. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7247/5351 . Acesso: 17 nov. 2022.

PAULINO, E. T. **Por uma geografia dos camponeses**. 2 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

PAULINO, E. T.; ALMEIDA, R. A. **Terra e território**: a questão camponesa no capitalismo. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

PEREIRA, J. M. M.; ALENTEJANO, P. R. R. Terra, poder e lutas sociais no campo brasileiro: do golpe à apoteose do agronegócio (1964-2014). **Tempos Históricos**, Marechal Cândido Rondon, v. 18, p. 73 – 111, 2014. Disponível em: http://e-

revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/11098/7920#. Acesso em: 04 jun 2020.

PINHEIRO, Milton (org.). **Ditadura:** o que resta da transição. São Paulo: Boitempo, 2014. Disponível em: https://elahp.com.br/download/as-fracoes-da-classe-dominante-no-capitalismo-uma-reflexao-teorica/. Acesso em: 07 out. 2024. p. 105 – 118.

PINTO, P. M. B. **Titulação dos assentamentos rurais**: o que está em jogo quando a mercantilização da terra é priorizada em detrimento da reforma agrária? Rio de Janeiro: FASE, 2023.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. Campinas: Editora da Unicamp, 2019.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

QUAINI, M. **Geografia e Marxismo**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2002.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 2011.

RAFFESTIN, C. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. Cap. 1. p. 13-32.

RANGEL, J. J. A.; CUNHA, A. P.; PACHECO, A. P.; MORGADO, I. F.; MONTANÉ, F. A. T. Simulação computacional para análise do frete no transporte de cana-de-açúcar – um estudo de caso no estado do Rio de Janeiro. **Sistemas e Gestão**, Rio de Janeiro, v.3, n. 3, p. 250-261, dez. 2009. Disponível em: https://www.revistasg.uff.br/sg/article/view/SGV3N3A6/63. Acesso em: 16 maio 2024.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ROSSI, M. Avanço da pecuária na Amazônia pode desmatar área igual à Irlanda até 2030. **Repórter Brasil**. 30 nov. 2022. Disponível: https://reporterbrasil.org.br/2022/11/avanco-da-pecuaria-na-amazonia-pode-desmatar-area-igual-a-irlanda-ate-2030/. Acesso em: 05 jul. 2024.

SADER, E. **A nova toupeira:** os caminhos da esquerda latino-americana**.** São Paulo: Boitempo, 2009.

SAES, D. As frações da classe dominante no capitalismo: uma reflexão teórica. In: Milton Pinheiro (org.). **Ditadura o que resta da transição**. São Paulo: Boitempo, 2014.

SANTOS, J. V. T. **Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. 2 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1984.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). **Território, globalização e fragmentação**. 4. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1998. Cap. 1. p. 15-20.

SANTOS, M. **Pensando o Espaço do Homem**. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, R. O. C. A expansão do agronegócio sobre os assentamentos da reforma agrária: o caso do PA Fazenda Primavera (Andradina-SP). **Revista NERA**, Presidente Prudente, n. 25, p. 102-135, jul-dez./2014. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/2723/2741. Acesso em: 28 jan. 2025.

SANTOS, T. A. Marxismo e Campesinato: abordagens teóricas sobre a "classe incômoda". **Campo-Território: revista de geografia agrária**, Uberlândia, v. 11, n. 24, p. 46-69, ago. 2016. Disponível: https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/32958/21312. Acesso em: 10 abr. 2024.

SÃO PAULO. **Decreto nº 67.435, de 1º de janeiro de 2023.** Dispõe sobre as alterações de denominação e transferências que especifica e dá providências correlatas. São Paulo, 2023. Disponível em: https://legislacaofinanceira.fazenda.sp.gov.br/Estadual/Decreto%20n%C2%BA%2067.435.pdf. Acesso em: 27 ago. 2025.

SÃO PAULO. **Lei n° 17.557, de 21 de julho de 2022**. Dispõe sobre a criação do Programa Estadual de Regularização de Terras, nos casos em que especifica. São Paulo, 2022. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2022/lei-17557-21.07.2022.html . Acesso em: 13 fev. 2025.

SÃO PAULO. **Lei nº 10.207, de 08 de janeiro de 1999.** Cria a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" – ITESP. São Paulo, 1999. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1999/lei-10207-08.01.1999.html. Acesso em: 28 jul. 2025.

SÃO PAULO. **Lei nº 17.517, de 08 de março de 2022**. Altera a Lei nº 4.957, de 30 de dezembro de 1985, que dispõe sobre planos públicos de valorização e aproveitamento dos recursos fundiários, e a Lei nº 10.207, de 8 de janeiro de 1999, que cria a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" – ITESP. São Paulo, 2022. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2022/lei-17517-08.03.2022.html . Acesso em: 13 fev. 2025.

SÃO PAULO. **Projeto de Lei nº 529, de 13 de agosto de 2020**. Estabelece medidas voltadas ao ajuste fiscal e ao equilíbrio das contas públicas e dá providências correlatas. São Paulo, 2020. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000332222. Acesso em: 26 ago. 2025.

SÃO PAULO. Secretária de Agricultura e Abastecimento. **Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo (LUPA).** São Paulo: IEA/CATI. Disponível em: https://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/. Acesso em: 27 nov. 2023.

SAUER, S.; BORRAS JR., S. Land Grabbing' e 'Green Grabbing': uma leitura da 'corrida na produção acadêmica' sobre a apropriação global de terras. **Campo-Território: revista de**

geografia agrária. Edição Especial. Uberlândia, p. 6-42, jun., 2016. Disponível em: http://www.seer_anterior.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/35799/18925. Acesso em: 08 maio 2019.

SAVIOLI, M. R.; ZANOTTO, M. L. B. O real é edificado pela razão: Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770 – 1831). In: ANDERY, M. A. P. A. et al. **Para compreender a ciência:** uma perspectiva histórica. 4 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2014. Cap. 20. p. 361 – 370.

SCOPINHO, R. A. **Processo organizativo de assentamentos rurais**: trabalho, condições de vida e subjetividades. São Paulo: Annablume, 2012.

SCOPINHO, R. A. Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, Edição Especial 1: 84-94, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/psoc/a/mwtBrsJ79cHt5s93TGrLY3S/ . Acesso em: 11 maio 2024.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**, Presidente Prudente, n. 7, p. 1 – 21, jul/dez. 2005. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1456/1432. Acesso em: 05 abr. 2024.

SHANIN, T. El campesinado como factor político. In: SHANIN, T (Org.). **Campesinos e sociedades campesinas**. México: Fondo de cultura económica, 1979. Cap. 19. p. 214-236.

SHANIN, T. Lições camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008. Cap. 1. p. 23-48.

SHANIN, T. O último Marx: deuses e artesãos. In: SHANIN, T. (Org.). **Marx tardio e a via russa:** Marx e as periferias do capitalismo. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

SILVA, J. G. **Progresso e relações de trabalho na agricultura paulista**. 1980. Tese (Doutorado) – Departamento de Economia e Panejamento Econômico, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1980.

SILVA, L. M. O. Lenin: a questão agrária na Rússia. **Crítica Marxista,** Campinas, n.35, p.111-129, 2012.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOBRINHO, F. F. A. **A extensão rural na Fundação ITESP**: caminhos e descaminhos do ensino aprendizagem. 2008. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008. Disponível em: https://www.repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/441674?guid=1752278405966&returnUrl=%2Fresultado%2Flistar%3Fguid%3D1752278405966%26quantidadePaginas%3D1%26codigoRegistro%3D441674%23441674&i=5. Acesso em: 26 ago. 2025.

SOUZA, J. G. A produção brasileira de etanol e seus efeitos sobre o valor da terra, sobre a concentração fundiária e sobre a homogeneização da paisagem. **Diversitates International Journal**, Niterói, v. 5, n. 1, p. 29-58, 2013. Disponível em:

https://diversitatesjournal.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/08/v5n1-artigo3.pdf Acesso em: 22 maio 2024.

SOUZA, J. G. Limites do território. **Agrária**, São Paulo, n. 10/11, p. 99-130, 2009. Disponível em: https://revistas.usp.br/agraria/article/view/155/155. Acesso: 10 out. 2024.

SOUZA, J. G. Local-global: território, finanças e acumulação na agricultura. In: LAMOSO, L. P. (Org.). **Temas do desenvolvimento econômico brasileiro e suas articulações com o mato grosso do sul**. Curitiba: Ithala, 2016. Cap. 2. p. 55-96.

SOUZA, J. G. **Questão de método**: a homogeneização do território rural paulista. 2008. Tese (Livre Docência em Ciências Humanas e Sociais) - Departamento de Economia Rural da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, Universidade Estadual Paulista, Jaboticabal, 2008.

SOUZA, J. G.; DIEGUES, V. C. Por uma desglobalização da produção alimentar – commoditização da agricultura e diversidade produtiva: uma análise de Espanha. **GEOgraphia**, Niterói, v. 14, n. 28, p. 63-81, 2013. Disponível em: https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13643/8843. Acesso em: 18 jul. 2023.

SOUZA, J. G.; MIZUSAKI, M. Y. A "(re)conquista" do Estado: antipolítica, agronegócio e genocídio no Brasil. **Okara: Geografia em debate**, João Pessoa, v. 12, n. 2, p. 507 – 532, 2018. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/okara/article/view/41328/20727. Acesso em: 17 set. 2024.

SOUZA, M. L. Da "diferenciação de áreas" à "diferenciação socioespacial": a "visão (apenas) de sobrevôo" como tradição epistemológica e metodológica limitante. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 4, p.101-114, 2007. Disponível em: https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12798/8366. Acesso em: 18 jul. 2018.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia:** contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

THOMAZ JÚNIOR, A. Degradação e centralidade do trabalho (as contradições da relação capital x trabalho e o movimento territorial de classe). **Pegada**, Presidente Prudente, v.13, n.2, p. 4-19, 2012. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/2021/1919. Acesso em: 16 dez. 2024.

THOMAZ JÚNIOR, A. **O capital agroindustrial canavieiro por trás da legalização da grilagem no Pontal**. 2012. Disponível em: https://mst.org.br/2012/03/23/o-capital-agroindustrial-canavieiro-por-tras-da-legalizacao-da-grilagem-no-pontal/ Acesso em: 20 jan. 2022.

THOMAZ JÚNIOR, A. Por uma geografia do trabalho. **Pegada**, Presidente Prudente, v. 3, número especial, p. 1-24, 2002. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/786/809. Acesso em: 16 dez. 2024.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa I:** a árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. Algumas observações sobre classe e "falsa consciência". In: NEGRO, A. L.; SILVA, S. (Orgs.). **E. P. Thompson**: as peculiaridades dos ingleses e outros artigos. 3 ed. Campinas: IFCH – Setor de Publicações, 1998. Cap. 6. p. 95-106.

TRASPADINI, R. S. **Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina:** a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas. 2016. Tese (Doutorado em Conhecimento e Inclusão Social em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

TRECCANI, G. D.; BENATTI, J. H.; MONTEIRO, A. N. G. Agravamento da violência no campo: reflexões sobre a política de regularização fundiária. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. **Conflitos no Campo Brasil 2020**. Goiânia: CPT Nacional, 2021.

VALVERDE, O. **Estudos de Geografia Agrária Brasileira.** Petrópolis: Vozes, 1985.

VICENTE, J. S; BONFIM, J. S; LOPES, V. F. "O cerrado tá queimano": expansão da fronteira e conflitos no MATOPIBA. In: VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 8., 2017, Curitiba. **Anais**[...]. Curitiba: UFPR, 2017. p. 1 - 20. Disponível em: https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt08_1507039644_arquivo_ocerradotaqueimano_trabalhosinga_versaocorretafinal.pdf. Acesso em: 08 set. 2018.

WANDERLEY, M. N. B. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In: CARVALHO, H. M. (Org.). **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

WOORTMANN, K. Com parente não se neguceia: o campesinato como ordem moral. **Anuário antropológico**, Brasília, v. 12, n. 1, p. 11 – 73, 1990. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6389/7649 . Acesso em: 26 jul. 2022.

ZIEGLER, J. **Destruição em massa**: geopolítica da fome. São Paulo: Cortez, 2013.

ZOCCHIO, G. Produção de etanol de milho dispara mesmo com temor de proteção ambiental frágil. **Repórter Brasil**. 03 mar. 2023. Disponível em: https://reporterbrasil.org.br/2023/03/producao-de-etanol-de-milho-dispara-mesmo-com-temor-de-protecao-ambiental-fragil/ . Acesso em: 05 jul. 2024.